

PREGÃO ELETRÔNICO

90016/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS (983873)

OBJETO

Registro de preços para contratação de serviços contínuos de locação de veículos leves e utilitários esportivos (SUVs), sem motorista, para atendimento das necessidades administrativas, operacionais e logísticas do órgão gerenciador e dos órgãos participantes.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.336.211,36 (Dois milhões trezentos e trinta e seis mil duzentos e onze reais e trinta e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/06/2026 às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br e apresente sua proposta!



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
10. DO TERMO DE CONTRATO	17
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
13. DOS RECURSOS.....	19
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22



EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016 /2026 (Processo Administrativo nº 3.476-2026)

Torna-se público que o **Município de Santo Antônio de Jesus/BA**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos**, na qualidade de órgão gerenciador, realizará licitação, **para registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço por item** e modo de disputa **aberto**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, **aplicado subsidiariamente no que couber**, e demais normas federais e municipais aplicáveis, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para contratação de serviços contínuos de locação de veículos leves e utilitários esportivos (SUVs), sem motorista, para atendimento das necessidades administrativas, operacionais e logísticas do órgão gerenciador e dos órgãos participantes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será **dividida em 03 (três) itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes, à formalização da Ata de Registro de Preços, à formação do cadastro de reserva e às hipóteses de eventual adesão são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços e do Termo de Referência, anexos deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.11 pessoas físicas.

3.7. **Não poderão disputar esta licitação pessoas físicas**, tendo em vista que a execução do objeto exige estrutura empresarial mínima, capacidade operacional contínua, disponibilidade de frota compatível, assunção de obrigações de manutenção, cobertura securitária, substituição de veículos, regularidade documental e suporte operacional incompatíveis com a natureza profissional individual da pessoa física, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a



sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.14.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;





5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O licitante deverá observar, desde a fase de participação no certame, a vedação constante do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como apresentar a declaração prevista no Anexo do Edital, sob pena de responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal em caso de falsidade, omissão ou fraude.

5.8. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.8.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.10.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.10.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.10.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.10.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.10.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



- 5.10.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.10.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.10.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.10.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.10.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.10.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.11. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.9 ou 5.11 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.13. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.15. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.16.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.16.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.17.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.17.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.





5.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.16 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.19. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor total mensal por item

6.1.1.1. Para fins de cadastramento da proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá ofertar, para cada item, o valor total mensal referente a cada item, correspondente à unidade de medida adotada no certame.

6.1.1.2. 1 O valor total mensal do item para fins de julgamento e contratação, corresponderá ao valor unitário mensal por veículo multiplicado pela quantidade estimada de veículos e pelo período de referência previsto pela Administração, conforme tabela apresentada no item 1.1 deste TR.

6.1.1.3. Para fins de cadastramento no sistema eletrônico, a unidade de medida adotada será MENSAL e a quantidade corresponderá a 12 meses;

6.1.2 Quantidade cotada, em conformidade com o quantitativo máximo previsto para o item.

6.2. Quando o sistema exigir o preenchimento de campos relativos a marca, fabricante ou modelo, tais informações terão caráter meramente identificativo da solução ofertada, **sem que isso implique vinculação da contratação a marca ou modelo específico**, prevalecendo, para fins de julgamento e execução, as especificações técnicas e funcionais previstas no Termo de Referência.

6.3. A escolha pelo critério do item 6.1.1. visa garantir a maior transparência na disputa, já que o sistema apresenta limitações para o lançamento do valor para 12 (doze) meses.

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total mensal do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de



pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2 empresas brasileiras;

7.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.





7.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1 conter vícios insanáveis;
- 8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Para fins de habilitação fiscal, observar-se-á o disposto no Termo de Referência, especialmente quanto à exigência de inscrição e regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, bem como, adicionalmente, perante a Fazenda Estadual, quando a atividade econômica efetivamente exercida ou a legislação tributária aplicável assim o exigir.

9.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **documento digital apresentado por meio do sistema eletrônico, observado o disposto neste Edital quanto à verificação de autenticidade e à eventual exigência de apresentação do original não digital, quando cabível.**

9.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas



assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. Considerando que a presente contratação **não demanda avaliação prévia do local de execução** para a formulação da proposta, **não será exigida vistoria técnica obrigatória**, nem declaração de realização de vistoria ou de conhecimento prévio das condições locais, sem prejuízo de o licitante, por sua conta e risco, realizar diligências que entender pertinentes para melhor compreensão do objeto.

9.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.13.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.14. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.14.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.14.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.14.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

9.16.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.16.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.16.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;





9.16.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.17. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.14.1.

9.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Administração para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura por meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para resposta após o recebimento da convocação.

10.4. Os prazos dos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo



prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **podrá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:





12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.saj.ba.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e



14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@saj.ba.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar, admitir, manter ou utilizar, na execução contratual, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo tal proibição ser observada durante toda a execução contratual, sob pena de adoção das medidas administrativas e sancionatórias cabíveis.
- 16.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.saj.ba.gov.br.
- 16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.12.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 16.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 16.12.1.2. Apêndice do Anexo I – Mapa de Riscos;
 - 16.12.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;
 - 16.12.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 16.12.4 Anexo IV – Modelo de Proposta

Santo Antônio de Jesus, 15 de maio de 2026.

DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

ANDREIA PRAZERES BASTO DE SOUZA



ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS

Termo de Referência 130/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG 130/2026 983873-MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS Editado por NILVIA LEMOS BARRETO Atualizado em 12/05/2026 14:43 (v 0.6)
Status
DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis	428/2026	3.476/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 3.476/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de locação de veículos leves e utilitários esportivos (SUVs), com motorista, por meio de Sistema de Registro de Preços, para atendimento das necessidades administrativas, operacionais e logísticas das secretarias e órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Jesus-BA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	4014	Locação de veículo leve tipo hatch, cor branca, combustível flex, capacidade mínima para 5 ocupantes, câmbio automático ou manual, conforme Termo de Referência.	UN	40	R\$ 4.311,32	R\$ 172.452,80	R\$ 2.069.433,60
2	4014	Locação de veículo tipo SUV, cor branca, combustível diesel, tração 4x4, capacidade mínima para 7 ocupantes, conforme Termo de Referência.	UN	1	R\$ 17.035,80	R\$ 17.035,80	R\$ 204.429,60
3	4014	Locação de veículo tipo SUV, cor branca, combustível flex, capacidade mínima para 5 ocupantes, conforme Termo de Referência.	UN	1	R\$ 5.195,68	R\$ 5.195,68	R\$ 62.348,16



1.1.1. Registra-se que a expressão “Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista” corresponde à descrição padronizada do CATSER 4014 no sistema Compras.gov.br, sendo utilizada apenas para fins de identificação catalográfica do serviço. Não obstante, o objeto material da presente contratação limita-se à locação de veículos leves, sem motorista, compreendendo veículo leve tipo hatch (item 1) e veículos tipo SUV (itens 2 e 3), conforme especificações constantes deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.2. As Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante (s), constam em planilha anexa a este Termo de Referência.

1.1.3. A contratação refere-se à locação de veículos leves, sem motorista, **compreendendo veículo leve tipo hatch (item 1) e veículos tipo SUV (itens 2 e 3)**, devendo a futura contratada disponibilizar veículos em perfeitas condições de uso, segurança, conservação, funcionamento e regularidade documental, observadas as especificações mínimas e as condições de execução estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.4. As especificações técnicas mínimas dos veículos deverão ser interpretadas segundo critérios objetivos de funcionalidade, desempenho, padronização e atendimento ao interesse público, vedada a indicação de marca, fabricante ou modelo específico, ressalvadas referências meramente exemplificativas, sem caráter vinculante, de modo a preservar a ampla competitividade do certame.

1.1.5. Para o item relativo a veículo leve tipo hatch, serão aceitos veículos de qualquer marca e modelo, desde que atendam integralmente às especificações mínimas previstas neste Termo de Referência. Não serão aceitos veículos do segmento de subcompactos de entrada que, embora classificados comercialmente como hatch, não atendam ao padrão mínimo de desempenho, espaço interno, estabilidade, conforto operacional e capacidade de uso institucional definido pela Administração.

1.1.6. Para fins de aceitabilidade, do **item 1**, o veículo deverá possuir, no mínimo:

1.1.6.1. carroceria tipo hatch;

1.1.6.2. 4 (quatro) portas;

1.1.6.3. motorização mínima 1.0 ou equivalente;

1.1.6.4. potência mínima de **75 cv**;

1.1.6.5. comprimento mínimo de **3,80 m**;

1.1.6.6. largura mínima, sem espelhos, de **1,65 m**;

1.1.6.7. entre-eixos mínimos de **2,45 m**;

1.1.6.8. capacidade mínima do porta-malas de **260 litros**;

1.1.6.9. capacidade mínima para 5 ocupantes;

1.1.6.10. ar-condicionado;

1.1.6.11. direção elétrica ou hidráulica; e

1.1.6.12. atendimento às demais exigências do edital, do Termo de Referência e da legislação de trânsito aplicável.

1.1.7. Para fins de aceitabilidade, do **item 2**, o veículo deverá possuir, no mínimo:

1.1.7.1. carroceria tipo SUV;

1.1.7.2. 4 (quatro) portas;

Assinado por 2 pessoas: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA e DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/ED44-DA82-4E93-56F0> e informe o código ED44-DA82-4E93-56F0

1.1.7.3. motorização mínima de **2.700 cc** ou equivalente;

1.1.7.4. tração **4x4**;

1.1.7.5. capacidade mínima para **7 (sete) ocupantes**;

1.1.7.6. transmissão automática;

1.1.7.7. potência mínima compatível com a categoria e com a capacidade de transporte exigida;

1.1.7.8. ar-condicionado;

1.1.7.9. direção elétrica ou hidráulica;

1.1.7.10. capacidade compatível de bagagem e uso institucional, sem prejuízo do espaço mínimo necessário aos ocupantes; e

1.1.7.11. atendimento às demais exigências do edital, do Termo de Referência e da legislação de trânsito aplicável.

1.1.8. Para fins de aceitabilidade, do **item 3**, o veículo deverá possuir, no mínimo:

1.1.8.1. carroceria tipo SUV;

1.1.8.2. 4 (quatro) portas;

1.1.8.3. motorização mínima de **1.000 cc** ou equivalente;

1.1.8.4. potência mínima compatível com a categoria e com o uso institucional pretendido;

1.1.8.5. capacidade mínima para **5 (cinco) ocupantes**;

1.1.8.6. ar-condicionado;

1.1.8.7. direção elétrica ou hidráulica;

1.1.8.8. porta-malas e espaço interno compatíveis com o uso administrativo e institucional do veículo; e

1.1.8.9. atendimento às demais exigências do edital, do Termo de Referência e da legislação de trânsito aplicável.

1.1.9. Serão admitidas soluções equivalentes ou superiores que atendam aos parâmetros mínimos acima, independentemente da marca ou do modelo ofertado, desde que atendam integralmente aos requisitos mínimos de desempenho, segurança, capacidade, motorização, conforto, regularidade documental e condições operacionais definidos no edital e neste Termo de Referência.

1.1.10. As exigências mínimas de dimensão, capacidade, desempenho e porte do veículo decorrem da necessidade de utilização institucional contínua, com transporte regular de servidores, documentos, materiais e apoio logístico, visando garantir padrão mínimo de conforto, estabilidade, segurança, capacidade operacional e economicidade no uso da frota, sem se destinando a direcionar a contratação a marca ou modelo específico.

1.1.10.1. Quando o item exigir veículo tipo hatch, não será admitida substituição por sedan, por se tratar de padronização técnica da frota adotada pela Administração.

1.1.10.2. Quando o item 1 admitir câmbio automático ou manual, serão aceitas ambas as configurações, desde atendidos os demais requisitos mínimos previstos no edital e no Termo de Referência.

1.1.10.3. Será admitido, quando tecnicamente equivalente, sistema de controle do ar-condicionado por central multimídia ou tecnologia similar, desde que preservada a funcionalidade mínima exigida.

Assinado por 2 pessoas: ANDREIA CARAZERES, PAULO DE SOUZA, PAULO LUCAS COSTA DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse o link: <https://brasil.matheusaraujo.com.br/verificacao/ED44-DA82-4E93-56F0> e informe o código ED44-DA82-4E93-56F0

1.1.11. As exigências relativas aos itens 2 e 3 deverão ser interpretadas como requisitos mínimos de categoria, capacidade, desempenho e funcionalidade, não implicando direcionamento a marca ou modelo específico, sendo admitidas soluções equivalentes ou superiores que atendam integralmente às especificações mínimas do edital e do Termo de Referência. Os padrões de desempenho e qualidade do objeto podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

1.1.12. Os veículos disponibilizados deverão possuir idade máxima de **4 (quatro) anos**, contada da data de sua entrega à Administração, admitida a substituição por veículos de ano/modelo superior durante a execução contratual.

1.1.13. Os veículos deverão ser entregues e mantidos:

1.1.13.1. devidamente emplacados e licenciados, com documentação integralmente regular e vigente;

1.1.13.2. com vistorias obrigatórias e demais exigências dos órgãos de trânsito regularmente atendidas;

1.1.13..3 com ar-condicionado em pleno funcionamento;

1.1.13.4. com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito:

1.1.13.5. em adequado estado de conservação interna e externa; e

1.1.13.6. com sistema de rastreamento/monitoramento veicular somente quando essa exigência estiver expressamente prevista na descrição do item, no edital ou no contrato, sem restrição indevida à competitividade e sem prejuízo da proteção de dados e do uso estritamente institucional das informações produzidas. Na ausência dessa exigência como obrigação contratada, esta declara ciência de que a Administração poderá instalar, por sua conta e mediante contrato, solução de infraestrutura institucional própria, dispositivo de rastreamento/telemetria nos veículos locados, desde que a instalação, utilização e retirada sejam realizadas sem prejuízo da integridade mecânica, elétrica ou eletrônica do veículo, da cobertura securitária e das condições de garantia eventualmente aplicáveis, vedada a cobrança de ônus adicional à Administração por esse motivo.

1.1.14.A contratada deverá manter seguro total dos veículos durante toda a execução contratual, mediante apólice emitida por seguradora autorizada pela SUSEP, abrangendo, no mínimo:

1.1.14.1. cobertura contra colisão, incêndio, roubo e furto;

1.1.14.2. cobertura para danos materiais e corporais a terceiros;

1.1.14.3. cobertura para panes e assistência 24 (vinte e quatro) horas;

1.1.14.4. serviço de guincho/reboque 24 (vinte e quatro) horas; e

1.1.14.5. cobertura operacional compatível com deslocamentos realizados em serviço, inclusive em raio de atendimento de até 1.000 km da sede do Município, ou outro limite tecnicamente equivalente previsto no edital.

1.1.15. A contratada deverá assegurar, sempre que cabível pela apólice, tratamento específico para eventos de menor monta, inclusive substituição de retrovisores, para-brisa, vidros, lanternas e itens equivalentes, sem imposição automática da franquia integral do seguro, observadas as condições da seguradora e as regras do contrato.

1.1.16. Nos casos de sinistro envolvendo veículo locado, a responsabilidade pelo pagamento da franquia obedecerá às seguintes diretrizes:

1.1.16.1. a franquia será suportada pela Contratante, quando o evento decorrer de ato imputável ao condutor/usuário autorizado pela Administração, após a devida apuração administrativa;

1.1.16.2. a franquia será suportada pela contratada, quando o sinistro decorrer de falha mecânica, vício do veículo, irregularidade documental, ausência ou insuficiência de cobertura securitária, defeito de manutenção ou qualquer causa vinculada à esfera de responsabilidade da empresa; e

1.1.16.3. a definição da responsabilidade não afasta eventual direito de regresso da Administração contra o agente causador do dano, quando cabível.

1.1.17. O combustível necessário ao abastecimento dos veículos será de responsabilidade da Contratante, salvo se, por opção expressa da Administração, o edital vier a prever solução diversa.

1.1.18. A manutenção preventiva e corretiva dos veículos será de responsabilidade integral da contratada, sem ônus adicional para a Administração, abrangendo, no mínimo:

1.1.18.1 revisões periódicas;

1.1.18.2. reparos mecânicos, elétricos, eletrônicos, de suspensão, freios, funilaria e pintura, quando necessários;

1.1.18.3. substituição de peças, acessórios, baterias, lubrificantes, filtros e demais insumos;

1.1.18.4. substituição periódica de pneus, inclusive estepe, alinhamento e balanceamento, sempre que necessário à segurança e à regularidade da execução; e

1.1.18.5. higienização e conservação compatíveis com o uso institucional dos veículos.

1.1.19. A contratada deverá promover a substituição do veículo por outro equivalente ou superior, sem ônus adicional para a Administração, nas hipóteses de manutenção preventiva ou corretiva, pane, avaria, sinistro, roubo, furto, irregularidade documental, recolhimento por autoridade competente, desgaste excessivo ou qualquer outra causa que impeça sua regular utilização.

1.1.20. Em caso de manutenção preventiva programada, a contratada deverá providenciar a substituição do veículo com antecedência mínima necessária à continuidade do serviço, sem interrupção da disponibilidade à Administração.

1.1.21. Em caso de manutenção corretiva, pane ou avaria mecânica/elétrica, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado da comunicação formal da indisponibilidade.

1.1.22. Em caso de acidente, sinistro, roubo ou furto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contado da comunicação formal do evento pela Contratante ou da ciência inequívoca pela contratada.

1.1.23. O veículo substituto deverá atender às especificações mínimas do item correspondente, admitida a entrega de veículo de categoria superior, vedada a substituição por categoria inferior.

1.1.24. O descumprimento injustificado dos prazos de substituição sujeitará a contratada às penalidades contratuais cabíveis, inclusive glosa, multa e demais sanções previstas no edital e no contrato.

1.1.25. A contratada deverá manter os veículos em situação jurídica regular durante toda a execução contratual. Quando bens forem objeto de financiamento, alienação fiduciária, arrendamento mercantil ou instrumento semelhante, a empresa deverá comprovar, sempre que solicitado, a regularidade dos pagamentos e da titularidade/posse legítima, de modo a afastar risco de retomada, busca e apreensão ou qualquer medida que comprometa a execução do contrato.

1.1.26. Quanto às multas de trânsito, observar-se-á o seguinte:

1.1.27. as infrações decorrentes de atos praticados na condução do veículo serão de responsabilidade do condutor infrator, nos termos da legislação de trânsito, cabendo à Administração, quando receber a notificação por intermédio da contratada, adotar as providências necessárias à identificação do condutor responsável e à apuração da responsabilidade;

1.1.28. a contratada, na qualidade de proprietária ou possuidora direta do veículo perante os órgãos de trânsito, deve encaminhar tempestivamente à Contratante as notificações de autuação, penalidade, cobrança ou quaisquer comunicações correlatas, em prazo hábil para indicação do condutor e apresentação de defesa ou recurso administrativo, quando cabível.

1.1.29. a responsabilidade da contratada não abrange o pagamento ou a impugnação administrativa de multas decorrentes de infrações praticadas na direção do veículo durante o período de sua utilização pela Administração, ressalvado o dever de colaboração documental e operacional necessário à identificação do condutor e à instrução de eventual defesa;

1.1.30. as multas decorrentes de irregularidade do veículo, de sua documentação, licenciamento, emplacamento, seguro obrigatório, ausência de vistoria, defeito de equipamento obrigatório, falha de manutenção ou qualquer obrigação legal atribuída ao proprietário ou à empresa locadora correrão por conta exclusiva da contratada;

1.1.31. caso a contratada venha a efetuar o pagamento de multa imputável à condução do veículo durante o período de uso pela Administração, poderá promover a cobrança do respectivo valor perante a Contratante, observados o contraditório, a ampla defesa e os procedimentos internos de apuração de responsabilidade do condutor; e

1.1.32. a Administração deverá observar, quanto aos condutores autorizados, as regras internas aplicáveis sobre uso da frota e responsabilização por infrações de trânsito, inclusive no tocante à identificação do infrator, ressarcimento ao erário e demais consequências administrativas cabíveis.

1.1.33. A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento permanente para ocorrências operacionais, inclusive pane, sinistro, necessidade de guincho, substituição de veículo e demais eventos que possam comprometer a continuidade da execução contratual.

1.1.34. O melhor classificado deverá encaminhar, juntamente com a proposta adequada ao último lance, **declaração de disponibilidade futura dos veículos**, nos prazos e condições fixados no edital e no contrato, não se exigindo, nessa fase, a comprovação de propriedade ou posse imediata dos veículos definitivos a serem alocados, sem prejuízo da obrigação da adjudicatária cumprir integralmente o prazo de mobilização contratual.

1.1.35. Os veículos definitivos e os veículos de substituição temporária poderão ser de propriedade da própria contratada, de empresa integrante do mesmo grupo econômico ou de terceiros, desde que haja instrumento jurídico idôneo que assegure a posse legítima e a disponibilidade do bem para a execução contratual, permanecendo a contratada como única responsável perante a Administração.

1.1.36. A utilização de veículos de empresa do mesmo grupo econômico ou de terceiros, nas condições do subitem anterior, não caracteriza subcontratação da parcela principal do objeto.

1.1.37. Não será exigida amostra física dos veículos. A comprovação preliminar das características técnicas poderá ser feita por catálogo, prospecto, ficha técnica, manual do fabricante ou documento equivalente, sem prejuízo da verificação do material quando da entrega.

1.1.38. As exigências acima deverão ser interpretadas como requisitos mínimos de desempenho e segurança, não podendo ser utilizadas para restringir indevidamente a competição, devendo ser admitidas soluções equivalentes que assegurem padrão compatível de qualidade, confiabilidade, manutenção, cobertura securitária e regularidade de execução.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, consistente na locação de veículos leves, sem motorista, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como **continuado**, tendo em vista que se destina ao atendimento permanente, sucessivo e previsível das necessidades administrativas, operacionais e logísticas dos órgãos participantes, exigindo a disponibilização regular de veículos tipo hatch e SUV ao longo do tempo, sem se exaurir em prestação única ou por escopo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a estabilidade da execução contratual, a racionalização administrativa, a redução de custos transacionais e os fundamentos constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

Assinado por 2 pessoas em 25/09/2025 às 14:56:44. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saiba.1doc.com.br/verificacao>

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições que recomendam a contratação, observado o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Da vigência, execução e faturamento

1.5. A execução material e o faturamento terão início a partir da efetiva disponibilização dos veículos, conforme recebimento provisório e definitivo, observados os prazos de mobilização previstos neste Termo de Referência.

1.5.1. Por se tratar de serviço continuado, aplica-se o regime de prorrogação dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, não se aplicando a prorrogação automática prevista para contratos de escopo.

1.5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Da formalização da contratação decorrente da ata

A contratação decorrente da ata será formalizada por termo de contrato, conforme minuta anexa ao edital, sem prejuízo da utilização dos demais instrumentos legalmente admitidos apenas nas hipóteses em que a Administração assim justificar, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I. **ID PCA no PNCP:** 13825476000103-0-000001/2026.
- II. **Data de publicação no PNCP:** 05/12/2025.
- III. **ID do item no PCA:** 698 - 699 - 688 - 690 - 701 - 694 - 687 - 689 - 691 - 692 - 693 - 695 - 696 - 697 - 700
- IV. **Classe/Grupo:** 732 -SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS
- V. **Identificador da Futura Contratação:** 983873-428/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 a contratada deverá manter os veículos em adequadas condições de uso, conservação, regulamentar a manutenção preventiva e corretiva, de modo a assegurar funcionamento eficiente, redução de emissões atmosféricas, menor consumo de combustível e atendimento à legislação ambiental, de trânsito e de segurança aplicável;

4.1.2 a contratada deverá adotar destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na execução contratual, inclusive pneus, baterias, óleos lubrificantes, filtros, peças, embalagens e demais materiais substituídos em manutenção, observando a logística reversa e as normas ambientais pertinentes;

4.1.3 a contratada deverá, sempre que possível e sem prejuízo da competitividade e da adequada execução do objeto, disponibilizar veículos com tecnologias mais eficientes em termos de consumo energético e desempenho ambiental, bem como adotar práticas operacionais que reduzam desperdícios, promovam uso racional de insumos e minimizem impactos ambientais decorrentes da prestação do serviço.

Indicação de marcas ou modelos

4.2 A presente contratação não adota indicação vinculante de marca, fabricante, modelo ou produto específico, sendo vedada a exigência de solução determinada na execução do objeto, ressalvadas referências meramente exemplificativas de mercado, quando necessárias à demonstração do padrão mínimo de desempenho esperado, sem caráter obrigatório.

4.2.1 Deverão ser admitidas soluções equivalentes ou superiores que atendam integralmente às especificações técnicas e funcionais previstas neste Termo de Referência.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3 A presente contratação não adota indicação vinculante de marca, fabricante ou modelo específico, sendo vedada a exigência de produto determinado na execução do objeto, ressalvadas referências meramente exemplificativas de mercado, quando necessárias à demonstração do padrão mínimo de desempenho esperado, sem caráter obrigatório.

4.3.1 Deverão ser admitidas soluções equivalentes ou superiores que atendam integralmente às especificações técnicas e funcionais previstas neste Termo de Referência.

Subcontratação

4.4 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.5 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.5.1 disponibilização dos veículos objeto da locação, nas quantidades, categorias e condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;

4.5.2 responsabilidade pela regularidade documental da frota, pela cobertura securitária e pela substituição de veículos em caso de indisponibilidade, sinistro, manutenção ou qualquer outra hipótese que impeça sua adequada utilização; e

4.5.3 gestão global da execução contratual, inclusive a interlocução com a Administração, o atendimento às requisições, o controle da disponibilidade da frota e a responsabilidade integral pelo cumprimento das obrigações contratuais.

4.6 Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.6.1 serviços acessórios de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, inclusive revisão, assistência mecânica, elétrica, funilaria, borracharia e demais serviços correlatos;

4.6.2 serviços de apoio operacional relacionados à gestão da frota, tais como guincho, socorro mecânico, rastreamento, higienização e logística de apoio; e

Assinado por 2 pessoas: ANDREIA PRAZERES BASTOS DOS SANTOS e DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://saibao.com.br/validacao/ED44-D44-4E93-56F0> e informe o código ED44-D44-4E93-56F0

4.6.3 serviços complementares vinculados à execução contratual, desde que não compreendam a parcela principal do objeto e não impliquem transferência da responsabilidade integral da contratada pela disponibilização da frota.

4.7 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.9 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.10 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.11 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou títulos de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total da contratação**.

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data da assinatura do contrato.

4.12.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.12.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Assinado por: ANTONIO CARLOS DE SOUZA, CPF: 012.123.456-78, em 10/05/2025, às 14:30:00. Para verificar a validade das assinaturas, acesse o link: <https://www.portaltransparencia.gov.br/assinaturas>. Código de verificação: 4E93-56F0-DA44-4E93-56F0

4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.16.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.17.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.17.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.18. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.19. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.20. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15].

4.21. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.21.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.21.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negação do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 2º da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.22. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.22.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.22.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.23. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.24. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.27. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Instalação de escritório

4.28 Não será exigida, como condição de habilitação, a comprovação de escritório instalado no Município de Santo Antônio de Jesus/BA. A contratada deverá, contudo, manter **preposto**, canais permanentes de comunicação e estrutura operacional suficiente para atendimento tempestivo das demandas da Administração durante toda a execução contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: em até 20 (vinte) dias corridos da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, prevalecendo o marco que ocorrer por último.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: a execução compreenderá a disponibilização, pela contratada, dos veículos leves locados, sem motorista, em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança, conservação e regularidade documental, conforme quantitativos, especificações e locais definidos pela Administração.

5.1.3 Os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados, segurados, revisados e aptos à imediata utilização cabendo à contratada manter, durante toda a vigência contratual, a continuidade da prestação mediante manutenção preventiva e corretiva, substituição de veículos em caso de indisponibilidade, sinistro, falha mecânica, avaria, recolhimento ou qualquer outra circunstância que comprometa sua utilização regular.

5.1.4 A manutenção preventiva e corretiva correrá por conta da contratada, inclusive quanto ao fornecimento e substituição de peças, acessórios, pneus, baterias, lubrificantes e demais insumos necessários ao pleno funcionamento da frota, sem ônus adicional para a Administração, ressalvados os custos expressamente atribuídos à contratante no Termo de Referência.

5.1.5 A contratada deverá adotar rotinas permanentes de acompanhamento das condições operacionais da frota para atendimento às solicitações da contratante, regularização documental, acionamento de seguro, assistência 24 horas, guincho, socorro mecânico e demais providências necessárias à continuidade da execução contratual.

5.1.6 A execução ocorrerá de forma continuada, com disponibilidade regular dos veículos durante toda a vigência contratual, observadas as requisições do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, quando se tratar de contratação operacionalizada por Sistema de Registro de Preços.

5.1.7 Cronograma de realização dos serviços: o cronograma de execução observará, no mínimo, as seguintes fases:

a) mobilização contratual, compreendendo a apresentação da documentação inicial, comprovação da garantia contratual, indicação do preposto e adoção das providências preparatórias;

b) disponibilização inicial dos veículos, no prazo fixado neste Termo de Referência;

c) execução continuada dos serviços de locação, com manutenção da frota em condições regulares de uso durante toda a vigência contratual;

d) substituição eventual de veículos, sempre que necessário, nas hipóteses de manutenção, falha, avaria, sinistro ou indisponibilidade; e

e) encerramento contratual, com devolução dos veículos, conferência final da execução e adoção das providências administrativas de extinção do ajuste.

5.1.7.1 Etapa 1 – Mobilização contratual / até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato / apresentação da documentação inicial, indicação do preposto, comprovação da garantia contratual, quando exigida, e alinhamento operacional com a Administração;

5.1.7.2 Etapa 2 – Disponibilização inicial da frota / em até 20 (vinte) dias corridos da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, prevalecendo o marco que ocorrer por último / entrega dos veículos em perfeitas condições de uso, com documentação regular, seguro, revisão e aptidão para início da utilização;

5.1.7.3 Etapa 3 – Execução continuada da locação / durante toda a vigência contratual / manutenção da disponibilidade dos veículos, atendimento das demandas da contratante, realização de manutenções preventivas e corretivas e suporte operacional necessário à continuidade da prestação;

5.1.7.4 Etapa 4 – Substituição eventual de veículos / sempre que ocorrer indisponibilidade, falha, avaria, manutenção, sinistro ou outra hipótese impeditiva de uso / substituição por veículo equivalente ou superior, nos prazos estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.7.5 Etapa 5 – Encerramento da execução / ao término da vigência contratual ou da extinção do contrato / devolução dos veículos, conferência das condições de execução, quitação das obrigações contratuais e adoção das providências administrativas finais.

Do local de entrega e da mobilização inicial

5.2 A entrega inicial dos veículos ocorrerá, em regra, de forma centralizada, no local indicado pelo órgão gerenciador, no Município de Santo Antônio de Jesus/BA.

5.3 Após a contratação, a Administração poderá indicar distribuição física da frota entre o órgão gerenciador e os órgãos participantes, sem alteração da matriz econômica da proposta.

5.4 O edital ou anexo informativo poderá conter os endereços institucionais dos órgãos participantes para fins de planejamento operacional.

5.5 O prazo de disponibilização inicial dos veículos será de **20 (vinte) dias corridos**, contado da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, prevalecendo o marco que ocorrer por último.

5.6 O edital deverá esclarecer se o prazo de disponibilização é único para todos os itens ou se há prazos distintos por categoria de veículo.

Local e horário da prestação dos serviços

5.7 Os serviços de seguro deverão manter cobertura operacional compatível com os deslocamentos realizados em serviço, inclusive em raio de atendimento de até 1.000 km da sede do Município, ou outro limite tecnicamente equivalente previsto no edital, sem prejuízo das demais coberturas mínimas exigidas neste Termo de Referência e na apólice apresentada pela contratada.

5.8 Os serviços serão prestados de forma contínua, durante toda a vigência contratual, observando-se o horário de funcionamento administrativo dos órgãos contratantes para fins de entrega, recebimento, substituição, vistoria e demais rotinas operacionais, sem prejuízo do atendimento, pela contratada, de ocorrências, indisponibilidades, falhas mecânicas, sinistros e demais intercorrências sempre que necessário à continuidade da execução contratual.

Rotinas a serem cumpridas

5.9 A contratada deverá disponibilizar os veículos nas quantidades, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança, conservação e regularidade documental, mantendo-os aptos à imediata utilização durante toda a vigência contratual.

5.10 a contratada deverá realizar, por sua conta e risco, a manutenção preventiva e corretiva da frota, inclusive revisões, reparos, substituição de peças, pneus, baterias, lubrificantes e demais insumos necessários ao pleno funcionamento dos veículos, sem ônus adicional para a Administração, ressalvados os custos expressamente atribuídos à contratante;

5.11 a contratada deverá providenciar a substituição do veículo por outro equivalente ou superior, nos prazos fixados no Termo de Referência, sempre que houver indisponibilidade decorrente de falha mecânica, manutenção, avaria, sinistro, recolhimento, vencimento documental ou qualquer outra circunstância impeditiva de sua regular utilização;

5.12 a contratada deverá manter atualizada toda a documentação obrigatória dos veículos, inclusive licenciamento, seguro, vistorias e demais exigências legais e regulamentares aplicáveis, observando as normas de trânsito, segurança e meio ambiente;

5.13 a contratada deverá prestar apoio operacional à execução contratual, inclusive quanto a atendimento de ocorrências, acionamento de seguro, assistência 24 horas, guincho, socorro mecânico e demais providências necessárias à continuidade da prestação;

5.14 a contratada deverá atender às solicitações do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, conforme a sistemática contratual adotada, mantendo interlocução permanente com a Administração por meio de preposto formalmente designado;

5.15 a contratada deverá observar as rotinas de entrega, recebimento, substituição, vistoria e devolução dos veículos, bem como os mecanismos de controle, fiscalização e medição definidos neste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.16 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.16.1 os próprios veículos objeto da locação, com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito, em perfeitas condições de uso, segurança e conservação;

5.16.2 peças, acessórios, pneus, baterias, lubrificantes, fluidos e demais insumos necessários à manutenção preventiva e corretiva dos veículos; e

5.16.3 os recursos operacionais necessários à execução contratual, inclusive meios de comunicação, suporte para atendimento de ocorrências, assistência 24 horas, guincho e demais instrumentos indispensáveis à continuidade da prestação.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.17 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.17.1 necessidade continuada de disponibilização de veículos leves, sem motorista, para atendimento das atividades administrativas, operacionais e logísticas do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, conforme quantitativos estimados no Termo de Referência;

5.17.2 execução descentralizada no âmbito do Município de Santo Antônio de Jesus/BA, com possibilidade de entrada, substituição, recolhimento e disponibilização dos veículos nos locais indicados pela Administração, observadas as necessidades operacionais da contratação; e

5.17.3 exigência de manutenção da frota em condições regulares de uso durante toda a vigência contratual, com cobertura securitária, regularidade documental, manutenção preventiva e corretiva, substituição por indisponibilidade e suporte operacional compatível com a natureza continuada do serviço.

Especificação da garantia do serviço



5.18. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.19. *Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:*

5.19.1 *comunicação formal entre as partes acerca do encerramento da vigência contratual, com definição da data de devolução dos veículos e alinhamento das providências administrativas necessárias ao encerramento da execução;*

5.19.2 realização de vistoria final dos veículos, conferência das condições de uso, verificação da documentação pertinente e formalização da devolução dos bens disponibilizados à Administração; e

5.19.3 *apuração final das obrigações contratuais pendentes, inclusive quanto à regularidade da execução, eventuais avarias, substituições, glosas, sanções, pagamentos devidos e demais providências necessárias à extinção do ajuste.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa durante todo o período de execução do objeto, disponível em horário comercial e sempre que acionado pela Administração, para fins de interlocução, acompanhamento da execução contratual, atendimento de ocorrências e adoção das providências necessárias à regular prestação dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*
- 6.16.1. *verificação periódica da disponibilidade efetiva dos veículos contratados, de suas condições de uso, conservação, segurança, regularidade documental, cobertura securitária e conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;*
- 6.16.2. *acompanhamento do cumprimento, pela contratada, das obrigações relativas à manutenção preventiva e corretiva, substituição de veículos em caso de indisponibilidade, atendimento das ocorrências operacionais e observância dos prazos e condições pactuados; e*
- 6.16.3. *controle dos registros de entrega, recebimento, substituição, recolhimento, ocorrências, comunicações formais, eventuais glosas, falhas na execução e demais fatos relevantes à avaliação da regularidade e da qualidade da prestação dos serviços.*
- 6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.21. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor apurado pela fiscalização e pela gestão contratual, considerados os quantitativos efetivamente disponibilizados, o período de execução, as ocorrências registradas e eventuais glosas aplicáveis.
- 6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato às comunicações formais de descumprimento contratual relacionadas à disponibilização da frota, à manutenção, à substituição de veículos, à regularidade documental, à cobertura securitária e demais obrigações assumidas pela contratada, adotando ou promovendo as providências cabíveis no âmbito da gestão contratual.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.*
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1 não produziu os resultados acordados,
- 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*
- 7.3.1 *disponibilização efetiva dos veículos contratados, nas quantidades, especificações e condições exigidas, regularidade documental, cobertura securitária e aptidão para uso durante o período de referência;*
- 7.3.2 *cumprimento, pela contratada, das obrigações relativas à manutenção preventiva e corretiva, à substituição de veículos em caso de indisponibilidade e ao atendimento das ocorrências operacionais, nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência; e*
- 7.3.3 *conformidade da execução contratual com os registros de fiscalização, ordens de serviço, comunicações formais, ocorrências verificadas, eventuais glosas aplicáveis e demais elementos comprobatórios do recebimento dos serviços.*

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, será considerada como conclusão do objeto ou da etapa de execução a efetiva disponibilização e manutenção dos veículos contratados no período de referência, em conformidade com as quantidades estimadas, especificações técnicas, condições de uso, regularidade documental, cobertura securitária, obrigações de manutenção e substituição por indisponibilidade, conforme atestado pela fiscalização.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal de execução contratual**, compreendido **entre o primeiro e o último dia de cada mês de competência**, observada a efetiva disponibilização dos veículos, bem como o cumprimento das condições contratuais verificadas pela fiscalização.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo e/ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à realização das vistorias necessárias, verificação das condições de uso, segurança e regularidade documental dos veículos, bem como à entrega da documentação e das instruções operacionais exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato no recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, em casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Assinado por: ANTONIO PRAZERES BASTOS DE SOUZA e DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA
Para verificar a autenticidade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificar>

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

7.37. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.38. A presente contratação **não permite** antecipação de pagamento.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em [11/05/2026].

7.39.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA IIBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.39.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.39.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.39.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.39.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.40. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A30]

7.40.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como a certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.40.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento de efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.40.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.41. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MPOG 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;

- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0.5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação [ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada e será cobrada judicialmente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO;

Da proposta cadastrada no sistema

9.2 Para fins de cadastramento da proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá ofertar, para cada item, o **valor total mensal referente a cada item**, correspondente à unidade de medida adotada no certame.

9.2.1 O valor total mensal do item para fins de julgamento e contratação, corresponderá ao valor unitário mensal por veículo multiplicado pela quantidade estimada de veículos e pelo período de referência previsto pela Administração **(12 meses)**, conforme tabela apresentada no item 1.1 deste TR.

9.2.2 Para fins de cadastramento no sistema eletrônico, a unidade de medida adotada será MENSAL e a quantidade corresponderá a 12 meses.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos corresponderá ao **valor unitário estimado para o item de locação de veículo leve, sem motorista**, constante da tabela apresentada no item 1.1 deste Termo de Referência:

9.4.1 Valores unitários: valor unitário mensal por veículo locado, sem motorista, para cada item da contratação, observado o seguinte: item 1 – veículo leve tipo hatch; item 2 – veículo tipo SUV; item 3 – veículo tipo SUV, conforme especificações e quantitativos constantes da referida tabela e do orçamento estimado.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empresario-individual>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2011, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios de tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Assinado por 2 pessoas: ANDRÉA PRAZERES BASTOS DE SOUZA, DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.1doc.com.br/verificacao/ED44-DA82-4E930>

9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.28. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de 12 meses.**

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.34 Não será exigida declaração de realização de vistoria ou de conhecimento prévio das condições locais, tendo em que o objeto da contratação não demanda visita técnica obrigatória para formulação da proposta, sem prejuízo do licitante, por sua conta e risco, realizar diligências que entender pertinentes para melhor compreensão do objeto.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. *contrato(s) que comprovem a experiência do fornecedor na prestação de **serviços de locação de veículos, sem motorista, ou de gestão/terceirização de frota com disponibilização de veículos**, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

9.35.1.2 *contrato(s) que comprovem a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo quantitativo mínimo correspondente a **50% (cinquenta por cento)** do número de veículos a serem contratados/registrados, admitido o somatório de atestados, desde que demonstrada a capacidade operacional compatível com o objeto;*

9.35.1.3. *contrato(s) que comprovem a execução de serviços com características compatíveis com o objeto, abrangendo, quando couber, **disponibilização continuada de frota, manutenção preventiva e corretiva, substituição de veículos por indisponibilidade e suporte operacional correlato.***

9.35.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.36 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.38 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 10 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.46.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.46.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.46.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.46.6.1. ata de fundação;

9.46.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.46.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.46.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.46.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.46.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.46.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 2.336.211,36** (Dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e onze reais e trinta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima.**

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre a Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Santo Antônio de Jesus, 12 de maio de 2026.

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.1.1 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 02 (dois) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

Assinado por 2 pessoas: ANDRÉIA PRAZERES COSTA DE SOUZA e DAVI LUCAS COSTA DE OLIVEIRA
Para verificar a autenticidade das assinaturas, acesse o link: <https://salto.doc.com.br/verificacao/ED44-DA82-4E93-56F0> e informe o código ED44-DA82-4E93-56F0

2.2.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.2.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.2.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.4.4. *Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*

2.4.5. *Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e*

2.4.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*

2.5. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.6. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.7. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

2.8. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de mero interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quize) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quize) dias.

3.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. *Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual;*
4.1.2. *A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.*

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual. O Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

Assinado por 2 pessoas: ADELEIA P. ROZAS DE SOUZA e DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA. Para verificar a autenticidade acesse o link: <https://www.transparencia.org.br/doc/assinaturas/verificar-autenticidade> ou o código ED44-DA32-4E93-56F0

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de cinco (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Assinado por 2 pessoas: ANDRÉ LUCAS COSA e DAVID LUCAS COSA em 22/08/2025 às 14:08:21. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajb.com.br/validacao/ED44-D82-4E93-56F0>

- 5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável dos tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 6.3.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 6.3.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção, não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 6.3.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo de alteração subjetiva.
- 6.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 6.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.4.3. Indenizações e multas.

6.5. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.6. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da cidade de Santo Antonio de Jesus - Ba para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Processo* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NILVIA LEMOS BARRETO

Membro da Equipe de Apoio



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 14:43:06.

VITORIA OLIVEIRA ALVAIA

Membro da Equipe de planejamento

Assinado por 2 pessoas: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA e DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/ED44-DA82-4E93-56F0> e informe o código ED44-DA82-4E93-56F0

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estimativas de Orgao Gerenciador e Orgaos Participantes.pdf (35.24 KB)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA
SECRETARIA MUNIICIPAL DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E INOVAÇÃO
SECOMPI

Estimativas individualizadas para execução dos serviços, do Órgão Gerenciador e Órgão(s) e Entidade(s) Participante(s)

ITEM	CAT SER	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	SECOMPI	SEAD	CODESAJ	SEFAZ	SEINFRA	SCTJ	FME	SESP	SMS	SEDEMA	SEAGRI	FMAS	SEEL	SMTT	GAB. PREF.	GAB. VICE- PREF.	TOTAL
1	4014	Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista: veículo leve tipo hatch, cor branca, combustível flex, capacidade mínima para 5 ocupantes, câmbio automático ou manual, conforme especificações constantes do Termo de Referência.	UND	1	1	1	1	2	1	2	5	10	2	1	3	2	2	6	0	40
2	4014	Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista: veículo tipo SUV, cor branca, combustível diesel, tração 4x4, capacidade mínima para 7 ocupantes, conforme especificações constantes do Termo de Referência.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
3	4014	Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista: veículo tipo SUV, cor branca, combustível flex, capacidade mínima para 5 ocupantes, conforme especificações constantes do Termo de Referência.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
ÓRGÃO GERENCIADOR:																				
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP																				
ÓRGÃOS PARTICIPANTES:																				
GABINETE DO PREFEITO - GAP																				
GABINETE DO VICE-PREFEITO - GAVP																				
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE - SEDEMA																				
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO - SMTT																				
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS																				
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ																				
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA - SEAGRI																				
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E INOVAÇÃO - SECOMPI																				
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEEL																				



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA
SECRETARIA MUNIICIPAL DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E INOVAÇÃO
SECOMPI

	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS
	SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE - SCTJ
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME
	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - SEINFRA
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - CODESAJ

Estudo Técnico Preliminar 140/2026

Essa mesma lógica se repete nas demais unidades participantes da contratação conjunta. Na Secretaria Municipal de Infraestrutura, por exemplo, a necessidade decorre da execução de atividades ligadas ao acompanhamento e fiscalização de obras, manutenção viária, conservação de áreas públicas e atendimento a demandas emergenciais relacionadas à mobilidade urbana e à infraestrutura municipal, sendo expressamente informado que a Secretaria não

dispõe de frota própria suficiente para atender às demandas operacionais, situação que impacta a realização de vistorias, o acompanhamento de obras e a atuação preventiva e emergencial.

De modo ainda mais concreto, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano registrou discrepância objetiva entre a estrutura de pessoal e a frota disponível: o órgão dispõe de três caminhonetes e duas motocicletas, ao passo que seu quadro funcional é composto por 18 fiscais de trânsito e 22 auxiliares de trânsito, circunstância que inviabiliza a formação adequada de equipes e compromete a cobertura integral do município, especialmente em horários de pico, eventos públicos, operações educativas e situações emergenciais. O DFD correspondente identifica como efeitos da limitação da frota a redução da eficiência da fiscalização, a diminuição da presença viária, o aumento do risco operacional e o prejuízo ao atendimento da população.

Além disso, os DFDs de outros órgãos reforçam que a necessidade não se limita ao transporte de pessoas, abrangendo também suporte a ações externas, fiscalização fazendária, visitas técnicas, monitoramento ambiental, deslocamento para áreas urbanas e rurais, apoio a programas institucionais e atendimento a ocorrências emergenciais. Assim, a necessidade final a ser atendida pelo ETP é mais ampla do que a simples disponibilização de veículos: trata-se de prover capacidade logística continuada e ajustável para o desempenho das competências administrativas e finalísticas dos órgãos municipais, assegurando efetividade às políticas públicas e regularidade ao funcionamento da máquina administrativa.

Dessa forma, o problema a ser resolvido pode ser tecnicamente definido como a **insuficiência de meios de transporte institucional disponíveis, adequados e economicamente racionais** para suportar, com continuidade e eficiência, as atividades administrativas, operacionais, logísticas e fiscalizatórias da Administração Municipal, no âmbito do objeto efetivamente delimitado, isto é, veículos leves e utilitários esportivos (SUVs), sem motorista. A permanência desse quadro tende a gerar descontinuidade de serviços, atraso no atendimento das demandas públicas, perda de eficiência administrativa, maior vulnerabilidade operacional e comprometimento da atuação estatal em áreas essenciais.

Importa registrar, ainda, que a presente contratação deve ser compreendida como demanda conjunta, formulada de modo integrado por múltiplas Secretarias e órgãos municipais, o que demonstra que a necessidade possui caráter transversal e sistêmico. Alguns DFDs consignam expressamente que a solução conjunta busca promover economia de escala, padronização das coberturas contratuais e otimização do processo de contratação, o que reforça a pertinência de tratamento unificado da demanda no presente Estudo Técnico Preliminar.

Para fins de delimitação do objeto nesta etapa do ETP, adota-se a premissa fixada pela Administração de que a solução em estudo **não contemplará a contratação de motoristas**, restringindo-se à locação de veículos sem condutor. Essa definição é compatível com os DFDs e com a modelagem consolidada no Termo de Referência, segundo a qual a futura contratação abrangerá apenas a disponibilização da frota, com manutenção, substituição por indisponibilidade e demais obrigações correlatas, permanecendo a condução a cargo da própria Administração por meio de agentes autorizados.

Além das necessidades setoriais formalizadas nos Documentos de Formalização de Demanda, a caracterização do problema administrativo deve considerar a frota atualmente disponível no âmbito municipal, conforme relação de veículos encaminhada pela Subgerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Administração. A análise do levantamento patrimonial evidencia que a Administração já possui frota própria, porém em quantitativo insuficiente, distribuição desigual entre os órgãos e, em parte relevante, sem aptidão para atender, com continuidade e eficiência, à demanda conjunta das Secretarias e unidades participantes.

Em outras palavras, o problema público não decorre da inexistência absoluta de veículos, mas da insuficiência material e funcional da frota disponível para suportar, de forma regular, as rotinas administrativas, operacionais, fiscalizatórias, logísticas e emergenciais do Município. A relação patrimonial deverá ser juntada como documento de suporte deste estudo, com indicação, sempre que possível, da unidade de lotação, categoria do veículo, situação de uso e aptidão operacional, a fim de demonstrar objetivamente a necessidade de complementação da capacidade logística municipal por meio da locação.

Em síntese, a necessidade da contratação consiste em disponibilizar solução logística apta a assegurar mobilidade administrativa e operacional contínua, com veículos adequados às diferentes rotinas institucionais, para evitar a interrupção ou precarização de serviços públicos, ampliar a capacidade de resposta das Secretarias, apoiar a execução das ações de campo, de fiscalização e de gestão, e garantir maior eficiência, regularidade e qualidade.

3. Área requisitante

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para fins deste Estudo Técnico Preliminar, fica expressamente consignado que a solução **não contempla contratação de motoristas**, limitando-se à locação de veículos sem condutor. Essa delimitação é coerente com a modelagem consolidada para a contratação e com a natureza do objeto, que se restringe à disponibilização da frota, manutenção, cobertura securitária, substituição por indisponibilidade e demais obrigações correlatas, permanecendo a condução a cargo da própria Administração por meio de agentes autorizados. Eventuais menções setoriais de veículos com motorista não serão absorvidas por este objeto consolidado, por representarem escopo distinto e demandarem modelagem própria quanto à composição de custos, regime de execução e requisitos trabalhistas.

A presente contratação tem por objeto a prestação de **serviço comum, de caráter continuado**, consistente na locação de veículos leves, sem motorista, para atendimento das necessidades administrativas, operacionais e logísticas dos órgãos participantes. O objeto não se enquadra como obra, serviço de engenharia ou serviço especial, porquanto seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, tais como categoria do veículo, motorização mínima, capacidade de passageiros, tipo de combustível, etc.



- a) veículo leve tipo hatch para transporte de servidores, deslocamento de equipes técnicas, fiscalizações, visitas institucionais e ações administrativas;
- b) veículo tipo SUV diesel, com maior lotação, tração 4x4 e desempenho superior, para atendimento de necessidade institucional específica que demande maior robustez, estabilidade e capacidade operacional; e
- c) veículo tipo SUV flex, com capacidade para cinco ocupantes, para atendimento de necessidade institucional específica que demande versatilidade, conforto, segurança e melhor padrão de uso administrativo.

Em algumas unidades, como Esporte e Lazer, já houve referência expressa à necessidade de veículo sem condutor com capacidade mínima de cinco passageiros, o que reforça a necessidade de dimensionamento por categoria, e não de especificação por marca ou modelo.

Não se recomenda, nesta fase, a imposição de exigências excessivamente fechadas quanto a marca, fabricante, modelo específico, origem, acabamento ou atributos supérfluos, pois tais restrições tenderiam a reduzir indevidamente a competitividade sem agregar ganho proporcional ao interesse público. Os requisitos devem ser construídos por desempenho, categoria, capacidade operacional, condições de segurança e nível de serviço, admitindo soluções equivalentes aptas a atender à finalidade administrativa. Essa orientação é especialmente importante porque os DFDs revelam necessidades variadas e complementares entre os órgãos, exigindo solução contratual suficientemente ampla para acomodar diferentes perfis de uso dentro de um mesmo arranjo de contratação conjunta.

Quanto ao catálogo eletrônico de padronização, registra-se que o Município utiliza a plataforma **Compras.gov.br**, a qual exige, para fins de cadastramento do objeto, a vinculação ao respectivo **código CATSER**. No caso da presente contratação, o código **4014** mostra-se compatível com o objeto demandado, cuja descrição padronizada no sistema é **“Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista”**.

Esclarece-se, contudo, que essa nomenclatura decorre exclusivamente da padronização catalográfica da plataforma, não significando ampliação do objeto material da contratação para veículos pesados. O objeto efetivo deste Estudo Técnico Preliminar e do futuro Termo de Referência restringe-se à **locação de veículos leves, sem motorista**, compreendendo **veículo leve tipo hatch (item 1)** e **veículos tipo SUV (itens 2 e 3)**, conforme especificações funcionais e técnicas definidas no planejamento da contratação.

Assim, embora haja referência catalográfica padronizada no Compras.gov.br, a Administração deverá manter no Termo de Referência e nos demais documentos da fase preparatória, a descrição material precisa do objeto, de modo a refletir fielmente a necessidade administrativa identificada. Não se verifica, no âmbito municipal, catálogo padronizado mais específico que esgote as combinações de categorias e níveis de serviço requeridas pela presente contratação conjunta, razão pela qual se impõe a elaboração de especificação funcional própria, orientada pelas finalidades administrativas descritas nos Documentos de Formalização de Demanda.

Dessa forma, a utilização do **CATSER 4014** atende à exigência operacional da plataforma Compras.gov.br para o cadastro do certame, sem prejuízo da delimitação técnica do objeto nos instrumentos da contratação, devendo prevalecer, para fins de execução, julgamento e fiscalização, as especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar e do futuro Termo de Referência.

A presente contratação possui natureza de **serviço continuado**. Isso porque a necessidade administrativa não é episódica nem pontual, mas permanente e previsível, relacionada ao funcionamento ordinário da máquina pública e à execução continuada das atividades finalísticas e de apoio das Secretarias envolvidas. Os próprios DFDs registram rotinas permanentes de fiscalização, deslocamento de equipes, atendimento de ocorrências, visitas técnicas, monitoramento e execução de ações administrativas e operacionais durante todo o exercício. A interrupção ou indisponibilidade dos veículos comprometeria diretamente a continuidade dos serviços públicos, a capacidade de resposta da Administração e o atendimento da população.

Também se verifica que os serviços se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares às competências legais dos órgãos demandantes, e não como transferência do núcleo decisório da função institucional do Município. A locação de veículos serve de suporte material à execução de competências administrativas e finalísticas já atribuídas às Secretarias, viabilizando a mobilidade necessária ao desempenho

fiscalização, gestão, apoio a campo, transporte institucional e execução de serviços públicos. Portanto, a terceirização recai sobre meio operacional de suporte, e não sobre atribuições típicas indelegáveis da Administração.

No tocante à duração inicial do contrato, a solução recomenda vigência inicial de **12 (doze) meses**, admitida prorrogação sucessiva, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstradas a vantajosidade, a manutenção da necessidade administrativa, a adequação do desempenho contratual e a compatibilidade com a natureza continuada do serviço. O prazo inicial anual é o mais adequado porque permite previsibilidade orçamentária, estabilização da operação, tempo razoável para aferição do nível de serviço, correção de eventuais falhas de dimensionamento e avaliação concreta da vantajosidade de prorrogações futuras, sem engessar a Administração com horizonte inicial excessivamente longo.

Em relação à transição contratual, a princípio ela não se mostra complexa a ponto de exigir transferência estruturada de conhecimento, tecnologia ou técnicas proprietárias, como ocorreria em contratações intensivas em sistemas, processos ou operação intelectual especializada. Ainda assim, é recomendável prever obrigação contratual de transição mínima, consistente em entrega ordenada da frota, repasse de informações cadastrais, regularização documental, inventário das condições dos veículos, cronograma de substituição e cooperação operacional com eventual contratada sucessora, a fim de evitar descontinuidade do serviço no encerramento contratual ou na mudança de fornecedor.

No campo da sustentabilidade, a contratação admite a incorporação de critérios e práticas ambientalmente adequados, desde que compatíveis com o mercado e sem restrição indevida à competição. São tecnicamente pertinentes, entre outros: exigência de veículos em bom estado de conservação e manutenção, com emissões e desempenho compatíveis com a regulação vigente; preferência, quando disponível e sem prejuízo da competitividade, por veículos mais eficientes no consumo de combustível; obrigação de destinação ambientalmente adequada de pneus, óleos, baterias e resíduos gerados nas manutenções, de responsabilidade da contratada; e adoção de rotinas de manutenção preventiva que reduzam consumo excessivo, falhas mecânicas e emissão de poluentes.

Quanto à garantia e assistência, embora não se trate de aquisição de bens com garantia convencional, a contratação deve conter garantias operacionais equivalentes, por meio da obrigação da contratada de assegurar manutenção preventiva e corretiva, assistência 24 horas quando cabível, substituição de veículo indisponível, suporte em caso de sinistro e preservação da continuidade da prestação. Em outras palavras, a “garantia” relevante para este objeto é a garantia de disponibilidade e continuidade da frota locada.

No que diz respeito à entrega e disponibilização do serviço, a contratada deverá promover a entrega dos veículos no Município de Santo Antônio de Jesus, em local ou locais a serem definidos no Termo de Referência, já regularizados para uso, com documentação, itens obrigatórios e condições integrais de operação. Sempre que necessário, o contrato deverá prever prazos máximos para disponibilização inicial, substituição por indisponibilidade e reforço de frota, inclusive para atendimento de demandas urgentes ou sazonais. Não se trata, aqui, de frete de mercadoria, mas de disponibilização operacional do serviço no ponto indicado pela Administração.

No plano da habilitação técnica, recomenda-se exigir apenas o que seja indispensável à demonstração da aptidão da futura contratada, sem excesso formalista. São pertinentes, em tese: comprovação de experiência prévia em local de gestão de frota ou disponibilização de veículos compatíveis com o objeto; capacidade de manter rede de atendimento e suporte apta a operar durante a execução contratual; aptidão para disponibilizar manutenção, substituição e cobertura operacional compatíveis com o nível de serviço exigido; e regularidade dos veículos perante a legislação de trânsito e demais exigências legais aplicáveis.

A habilitação fiscal deverá ser objetivamente definida no Termo de Referência, com indicação expressa das inscrições e certidões exigíveis, observada a pertinência com a atividade econômica relacionada ao objeto e a legislação tributária do domicílio ou sede do licitante, a fim de evitar ambiguidades e assegurar julgamento objetivo.

Não se recomenda a exigência de vistoria técnica obrigatória nem de declaração correlata, por não se tratar de contratação cuja execução dependa de avaliação prévia de local específico para a adequada formulação da proposta.

Sobre a subcontratação, a recomendação é de vedação da subcontratação do núcleo do objeto — isto é, da entrega, disponibilização e gestão da frota locada — admitindo-se apenas subcontratações acessórias e instrumentais, como manutenção em rede credenciada, guincho, assistência, oficinas terceirizadas, higienização ou apoio logístico.

substituição e disponibilidade operacional compatíveis com a natureza continuada do serviço. Tais requisitos devem ser redigidos por desempenho e nível de serviço, com critérios de sustentabilidade cabíveis, habilitação técnica proporcional, vedação à subcontratação do núcleo do objeto e prazo inicial de 12 meses, de modo a garantir adequação ao interesse público e preservação da competitividade.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado realizado para a presente contratação tem por finalidade identificar as soluções disponíveis para suprir a necessidade administrativa de mobilidade institucional das Secretarias, Superintendências e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus, bem como aferir, à luz das condições atuais do setor, qual modelagem melhor atende ao interesse público sob os prismas da eficiência, continuidade, flexibilidade operacional, competitividade e racionalidade econômica.

A análise foi construída a partir de duas bases: de um lado, os Documentos de Formalização de Demanda, que evidenciam a necessidade concreta da Administração; de outro, a observação do mercado especializado de locação e terceirização de frotas, além de contratações similares divulgadas em ambiente público.

Os DFDs convergem no sentido de que a Administração necessita de **veículos leves, sem motorista**, para atendimento de rotinas administrativas, operacionais, institucionais, fiscalizatórias, de apoio logístico, ações em campo, eventos e situações emergenciais, e apontam, de forma recorrente, a insuficiência ou inadequação da frota disponível, a necessidade de disponibilidade contínua, a busca por previsibilidade de custos e a conveniência da contratação conjunta entre múltiplos órgãos.

A partir dessa necessidade, foram examinadas, em termos de mercado, as seguintes alternativas possíveis:

- a) aquisição de veículos próprios;
- b) locação de veículos sem motorista;
- c) locação de veículos com motorista;
- d) uso combinado de frota própria residual com contratação complementar sob demanda;
- e) terceirização/gestão de frota com serviços agregados, como manutenção, substituição, seguro e suporte operacional;
- f) contratação por Sistema de Registro de Preços;
- g) adesão a ata de registro de preços vigente e compatível;
- h) recebimento de veículos por doação ou cessão de uso;
- i) contratação de serviço de táxi ou solução pública análoga; e
- j) soluções de mobilidade sob demanda, inclusive por aplicativos.

Passa-se, então, à análise de cada uma dessas alternativas, nos termos seguintes:

a) Aquisição de veículos próprios

A aquisição de frota própria foi considerada como alternativa em tese possível. Entre suas vantagens, podem ser apontadas a incorporação dos bens ao patrimônio público, a autonomia administrativa para gestão direta da frota, a inexistência de dependência contratual continuada para disponibilidade do veículo. Contudo, suas desvantagens são relevantes no caso concreto: exige dispêndio inicial elevado; imobiliza capital público em ativos sujeitos à depreciação; transfere à Administração os custos de manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro, tributos, gestão documental, guarda e futura substituição; além de reduzir a flexibilidade para redimensionamento.

b) Locação de veículos sem motorista

c) Locação de veículos com motorista

d) Uso combinado de frota própria residual com contratação complementar sob demanda

e) Terceirização/gestão de frota com serviços agregados

f) Contratação por Sistema de Registro de Preços

g) Adesão a ata de registro de preços vigente e compatível

A adesão a ata de registro de preços de outro órgão ou entidade também foi considerada em tese. Entre suas vantagens, estão a redução do tempo procedimental e o eventual aproveitamento de disputa já realizada. Suas desvantagens, contudo, são igualmente relevantes: depende da existência de ata vigente, compatível com o objeto, com as categorias de veículos, com os quantitativos e com o regime de execução pretendidos; exige demonstração concreta de vantajosidade; e pode limitar a aderência da solução às especificidades locais do Município. Por isso, trata-se de solução subsidiária e condicionada, não sendo possível, nesta fase, afirmar sua superioridade em abstrato.

h) Recebimento de veículos por doação ou cessão de uso

Também foi considerada a hipótese de recebimento de veículos por doação ou cessão de uso de outros entes ou órgãos públicos. Suas vantagens consistem no potencial baixo custo de incorporação patrimonial ou operacional e no eventual reforço da capacidade logística sem necessidade de dispêndio contratual imediato. Entretanto, suas desvantagens a tornam insuficiente como solução estrutural: depende de liberalidade ou disponibilidade de terceiros; não assegura continuidade, regularidade ou adequação quantitativa e qualitativa à necessidade municipal; e não constitui solução programável ou confiável para planejamento continuado. Assim, ainda que juridicamente possível e eventualmente útil de forma complementar, a doação ou cessão não se mostra apta a resolver, de modo estável e planejado, o problema público identificado.

i) Contratação de serviço de táxi ou solução pública análoga

Foi considerada, ainda, a contratação de serviço de táxi ou solução pública semelhante para deslocamentos eventuais. Suas vantagens são a simplicidade operacional para demandas pontuais, a não necessidade de manter frota permanentemente disponível e a utilidade para deslocamentos individualizados e urbanos. Contudo, suas desvantagens são evidentes no caso municipal em exame: não atende satisfatoriamente demandas contínuas, fiscalizatórias, logísticas, operacionais e emergenciais; não é vocacionado ao atendimento simultâneo de múltiplos órgãos; e tende a ser mais adequado como solução residual do que como resposta estrutural. Portanto, táxi ou sistema análogo pode servir como instrumento complementar para deslocamentos específicos, mas não substitui a necessidade de frota institucional disponível.

j) Soluções de mobilidade sob demanda, inclusive por aplicativos

As soluções de mobilidade por aplicativos ou plataformas digitais também foram consideradas como alternativa contemporânea de mercado. Entre suas vantagens, podem ser mencionadas a contratação sob demanda e a praticidade para deslocamentos individualizados, a eventual redução de ociosidade em usos muito esparsos e a facilidade operacional em centros urbanos. Todavia, suas desvantagens são substanciais frente ao problema em tratado: não asseguram disponibilidade estável de categorias específicas de veículos; dificultam padronização de níveis de serviço, fiscalização e cobertura continuada; e não resolvem adequadamente demandas permanentes, multissetoriais e emergenciais da Administração. Por isso, embora possam funcionar como ferramenta complementar em situações específicas, não se mostram solução principal para a necessidade em exame.

Quadro comparativo das soluções analisadas

Solução	Vantagens técnicas e econômicas	Desvantagens
Aquisição de veículos próprios	incorporação patrimonial; autonomia administrativa; uso prolongado do bem	alto custo inicial; depreciação; manutenção, seguro e gestão; responsabilidade integral Administração; menor flexibilidade
Locação de veículos sem motorista	aderência direta ao objeto; previsibilidade de custos; maior flexibilidade; manutenção e seguro contratualmente transferidos; menor imobilização de capital	necessidade de fiscalização execução; dependência contratual; necessidade de gestão de nível de serviço

definição prévia exata da utilização individual de cada órgão ao longo de toda a vigência da contratação, embora seja possível estimar quantitativos máximos com base nos DFDs, circunstância que reforça a adequação do SRP como ferramenta de planejamento flexível. Por fim, o objeto apresenta **padronização suficiente**, pois foi estruturado em três itens homogêneos, com especificações funcionais e técnicas objetivamente definidas, sem prejuízo da ampla competitividade e da admissão de soluções equivalentes compatíveis com o desempenho exigido.

Sob a ótica da gestão contratual, o Sistema de Registro de Preços mostra-se vantajoso porque permite à Administração compatibilizar a contratação conjunta com a variabilidade operacional dos órgãos participantes, preservando planejamento, escalabilidade e racionalização das futuras contratações decorrentes da ata. A modelagem por SRP, no caso concreto, não descaracteriza a necessidade de justificativa robusta dos quantitativos estimados, nem dispensa a adequada gestão da ata e das futuras contratações, mas se revela mais aderente à dinâmica da demanda do que a contratação imediata e integral de quantitativos rigidamente fechados para todos os órgãos simultaneamente.

É juridicamente cabível a adoção do Sistema de Registro de Preços no presente caso, pelos seguintes fundamentos:

- a) a necessidade administrativa é permanente, frequente e multissetorial;
- b) o objeto admite remuneração por unidade de medida e contratação parcelada;
- c) os quantitativos, embora estimáveis, comportam variação na utilização efetiva pelos órgãos participantes;
- d) a solução foi estruturada em itens padronizados e funcionalmente homogêneos; e
- e) a modelagem por SRP favorece a economia de escala, a racionalização procedimental, a flexibilidade gerencial e a aderência entre a contratação e o comportamento real da demanda, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

Além disso, a Administração no caso de admitir, em caso de prorrogação da ata, a renovação do quantitativo originalmente registrado, por item, desde que comprovada a manutenção do preço vantajoso, mantida a necessidade administrativa e observada previsão expressa no instrumento convocatório e na ata. A medida é reputada adequada em razão da natureza continuada, estimativa e multissetorial da demanda, permitindo racionalização procedimental e continuidade do atendimento administrativo, sem afastar a necessidade de termo aditivo específico, de motivo formal e de controle de vantajosidade.

Caso a Administração adote o Sistema de Registro de Preços, poderá ser prevista, no edital e na respectiva ata, a possibilidade de prorrogação da vigência da ata com renovação dos quantitativos originalmente registrados, desde que haja previsão expressa nos instrumentos convocatórios, demonstração de vantajosidade, persistência da necessidade administrativa e formalização dentro do prazo de vigência, observada a orientação jurídica aplicável.

6. Descrição da solução como um todo

Definida, nos itens anteriores, a locação de veículos leves, sem motorista, como a solução tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa, em tese, para o atendimento da necessidade administrativa identificada, passa-se à descrição da solução como um todo. Trata-se da contratação de empresa especializada para a prestação de serviço continuado de locação de veículos leves, sem motorista, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais, logísticas, institucionais e de fiscalização das Secretarias, Superintendências e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus, em modelo contratual apto a assegurar disponibilidade, continuidade, segurança e flexibilidade operacional durante toda a vigência contratual. A solução deve ser compreendida não apenas como a entrega isolada de veículos, mas como a disponibilização de estrutura de suporte de mobilidade institucional capaz de viabilizar a execução regular das atividades públicas municipais.

A descrição da solução, portanto, abrange todos os elementos necessários para que o resultado pretendido pela Administração seja efetivamente alcançado. Em termos materiais, a futura contratação deverá contemplar a disponibilização de veículos compatíveis com as diferentes rotinas dos órgãos demandantes, estruturados em itens distintos e funcionalmente definidos, a saber:

item 1 – veículo leve tipo hatch, voltado ao deslocamento de servidores, equipes técnicas, fiscais e apoio administrativo;

item 2 – veículo tipo SUV, movido a diesel, com capacidade mínima para 7 ocupantes, tração 4x4 e padrão de desempenho superior, destinado a necessidade institucional específica que exija maior robustez, estabilidade, capacidade e conforto operacional; e

item 3 – veículo tipo SUV, movido a combustível flex, com capacidade mínima para 5 ocupantes, destinado a necessidade institucional específica que exija versatilidade, segurança, espaço interno e padrão superior ao de veículos compactos convencionais.

Tal composição decorre diretamente das necessidades evidenciadas nos DFDs e da modelagem técnica consolidada para a contratação.

A solução escolhida pressupõe que os veículos sejam disponibilizados sem condutor, em conformidade com a diretriz já fixada para este Estudo Técnico Preliminar e com a descrição predominante constante dos DFDs analisados. A opção por excluir a contratação de motoristas é tecnicamente adequada porque concentra o objeto na disponibilização da frota e nos serviços acessórios necessários à sua operação contratual, sem ampliar indevidamente o escopo para componentes de mão de obra, encargos trabalhistas e gestão de postos de trabalho, os quais configurariam objeto diverso e exigiriam modelagem própria.

Para que a contratação produza os resultados almejados, a solução não poderá se limitar à cessão de uso dos veículos. Deverá compreender, como parte integrante do objeto, um conjunto mínimo de obrigações operacionais da contratada, voltadas à manutenção da disponibilidade da frota e à redução do risco de paralisação dos serviços públicos.

Nesse sentido, a solução deverá abranger, entre outros elementos: disponibilização dos veículos em condições adequadas de uso; manutenção preventiva e corretiva; cobertura securitária compatível; substituição de veículos em caso de pane, acidente, sinistro, roubo, furto ou indisponibilidade; regularidade documental; e suporte suficiente para impedir descontinuidade na execução das atividades administrativas e operacionais. Esses componentes não são acessórios supérfluos, mas partes essenciais da própria solução, pois os DFDs demonstram que a Administração busca justamente uma alternativa que reduza paralisações, elimine custos dispersos de gestão de frota e assegure resposta contínua às demandas públicas.

A cobertura securitária da frota deverá ser compatível com a área real de utilização dos veículos em serviço, incluindo para deslocamentos intermunicipais e fora da sede do Município, nos limites operacionais que vierem a ser definidos no Termo de Referência.

Sob a ótica funcional, a solução deverá permitir que os veículos sejam utilizados nas múltiplas finalidades institucionais identificadas no planejamento da contratação, tais como deslocamento de equipes técnicas, fiscalização, vistorias, inspeções, acompanhamento de serviços e obras, visitas institucionais, apoio a eventos, ações emergenciais, monitoramento de áreas, atendimento a ocorrências e suporte às atividades administrativas cotidianas. No caso das unidades com maior intensidade operacional, os veículos hatch atenderão principalmente ao deslocamento administrativo, técnico e fiscalizatório, ao passo que os veículos SUV atenderão necessidades específicas de maior conforto, robustez, capacidade e desempenho, conforme a destinação funcional de cada item.

A solução como um todo também deve ser entendida em sua dimensão institucional e integrada, pois se trata de contratação conjunta envolvendo múltiplas Secretarias e órgãos municipais, estruturada para promover economia de escala, padronização da cobertura contratual e maior eficiência na gestão de recursos públicos. O planejamento conjunto foi expressamente indicado em diversos DFDs, que registram o alinhamento ao planejamento integrado municipal e a busca por otimização do processo de contratação. Assim, a solução não deve ser desenhada para atender apenas uma unidade isolada, mas sim para formar um arranjo contratual apto a acomodar demandas transversais, ainda que futuramente distribuídas por itens conforme as categorias de veículos e perfis de uso.

Do ponto de vista técnico e econômico, a solução selecionada é a que melhor responde ao problema identificado no planejamento. Os DFDs mostram que a locação é reputada mais racional e vantajosa do que a aquisição de frota própria, sobretudo porque evita dispêndios elevados com compra, depreciação, manutenção, licenciamento, seguro e gestão patrimonial da frota, além de permitir adequação do tipo e da quantidade de veículos às necessidades efetivas de cada ação, projeto, serviço ou situação emergencial. Em especial, a demanda variável ou sazonal de parte das unidades reforça a inadequação da aquisição patrimonial como solução predominante e favorece a adoção de contratação flexível, com cobertura operacional adequada.

A solução será estruturada por **licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com utilização do Sistema de Registro de Preços**, hipótese em que a futura ata permitirá contratações conforme a necessidade administrativa efetiva, observados os quantitativos estimados, os itens definidos e as condições estabelecidas no edital e em seus anexos.

A solução deverá ainda prever que os veículos sejam entregues em condições regulares de circulação, com documentação válida, itens obrigatórios e aptidão imediata para uso, em local a ser definido pela Administração no Termo de Referência, sem prejuízo da possibilidade de distribuição entre unidades administrativas, conforme o plano de alocação da frota. Como se trata de serviço continuado de disponibilização de veículos, a essência da entrega não está em uma tradição patrimonial definitiva, mas na colocação da frota à disposição da Administração em regime de uso contratual continuado, com observância dos níveis de serviço e prazos de substituição que vierem a ser fixados.

No que se refere às exigências de qualificação técnica e econômico-financeira, a solução deve ser acompanhada apenas das exigências estritamente necessárias à garantia de execução satisfatória do objeto. Em razão da natureza do serviço, poderá ser justificada a exigência de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com locação ou gestão de frota semelhante ao objeto, bem como capacidade operacional para assegurar manutenção, substituição e suporte logístico aos veículos durante a vigência contratual. Essas exigências se justificam porque a Administração não necessita apenas de fornecedor que entregue veículos, mas de contratado que consiga mantê-los disponíveis com regularidade e continuidade. Do mesmo modo, eventual exigência econômica e financeira deverá ser objetiva, proporcional e voltada a assegurar que o contratado tenha capacidade de sustentar a operação contratual contínua, sem transformar a habilitação em barreira artificial à competição.

Também não se cogita, para este objeto, a contratação simultânea de mais de uma empresa para execução do mesmo item como diretriz principal da solução. O desenho que emerge dos DFDs aponta para contratação conjunta com ganho de escala, padronização de condições e simplificação da gestão contratual. Em princípio, a centralização da execução por item — ressalvado o parcelamento técnico racional já justificado em tópico próprio — tende a preservar a economia de escala, facilitar o controle da execução, uniformizar níveis de serviço e reduzir custos de gestão e fiscalização.

A solução deverá ainda contemplar exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, em sentido operacional. Embora não se trate de aquisição de bens com garantia convencional, a contratação deve assegurar manutenção preventiva e corretiva integral dos veículos, inclusive quanto a pneus, peças, acessórios, lubrificantes, filtros e demais insumos necessários à conservação e ao pleno funcionamento da frota. Também deverá abranger atendimento a ocorrências, acionamento de seguro, suporte em caso de sinistro, disponibilidade de guinchos e assistência 24 horas, quando cabível, e substituição tempestiva do veículo indisponível, de forma a preservar a continuidade da prestação. Em outras palavras, a “garantia” relevante para este objeto é a garantia de disponibilidade operacional da frota locada.

No campo da sustentabilidade, a solução admite a incorporação de critérios e práticas ambientalmente adequados, desde que compatíveis com o mercado e sem restrição indevida à competição. São tecnicamente pertinentes, entre outros: exigência de veículos em bom estado de conservação e manutenção, com emissões e desempenho compatíveis com a regulação vigente; preferência, quando disponível e sem prejuízo da competitividade, por veículos mais eficientes no consumo de combustível; obrigação de destinação ambientalmente adequada de pneus, óleos, baterias e resíduos gerados nas manutenções, de responsabilidade da contratada; e adoção de rotinas de manutenção preventiva que reduzam consumo excessivo, falhas mecânicas e emissão de poluentes.

Em síntese, a solução como um todo consiste em estruturar uma contratação conjunta e continuada de locação de veículos leves, sem motorista, com cobertura operacional suficiente para assegurar disponibilidade, segurança, manutenção, substituição e suporte ao uso institucional da frota, de modo a atender às necessidades administrativas, operacionais, logísticas e fiscalizatórias do Município. A solução foi escolhida porque reúne, simultaneamente,

Assinatura e carimbo: ANTONIO CARLOS COSTA DE LIMA, Diretor de Administração, para a finalidade das atividades de assessoria e controle de gestão. Para verificar a validade das assinaturas, acesse o link: <https://sajba.casos.das.gov.br/verificacao>

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saibap.doc.br/verificacao/ED46-D62-4E92-56F0> e informe o código 5044-DA824E98-56F0.

-

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO PADRÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	4014	Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista: veículo leve tipo hatch, cor branca, combustível flex, capacidade mínima para 5 ocupantes, câmbio automático ou manual, conforme especificações constantes do Termo de Referência.	UN	40
2	4014	Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista: veículo tipo SUV, cor branca, combustível diesel, tração 4x4, capacidade mínima para 7 ocupantes, conforme especificações constantes do Termo de Referência.	UN	1
3	4014	Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista: veículo tipo SUV, cor branca, combustível flex, capacidade mínima para 5 ocupantes, conforme especificações constantes do Termo de Referência.	UN	1

Importa registrar, contudo, que os quantitativos constantes de alguns DFDs refletem, em certos casos, uma demanda agregada por secretaria ou unidade administrativa, sem detalhamento exaustivo por espécie de veículo. Por essa razão, a memória de cálculo consolidada promove a devida depuração e compatibilização técnica entre os documentos, especialmente para distribuir a demanda final entre os itens efetivamente estruturados, quais sejam:

item 1 – veículo leve tipo hatch;

item 2 – veículo tipo SUV, diesel, 7 lugares, tração 4x4; e

item 3 – veículo tipo SUV, flex, 5 lugares;

bem como para excluir referências a veículos com motorista, já que o objeto consolidado deste ETP está restrito à locação sem condutor.

Também foi considerada a interdependência com outras contratações e com o planejamento integrado municipal, uma vez que os documentos que instruem a contratação registram tratar-se de demanda conjunta voltada à promoção de economia de escala, padronização das coberturas contratuais e otimização do processo de contratação.

No que se refere à previsibilidade, verifica-se que parte da demanda apresenta comportamento contínuo e recorrente, como ocorre nas atividades de fiscalização, deslocamento de equipes e apoio administrativo; outra parte, por sua vez, possui componente variável ou sazonal, relacionado a ações emergenciais, eventos institucionais, operações especiais e demandas extraordinárias. O próprio DFD da Secretaria Municipal de Serviços Públicos afirma que a necessidade por determinados tipos de veículos é variável e sazonal, enquanto a Secretaria de Trânsito e Transporte Urbano registra maior demanda em horários críticos, eventos públicos e operações especiais.

Diante disso, para os aspectos em que a previsibilidade quantitativa não se mostra absolutamente rígida antes da contratação, a Administração deverá adotar mecanismos aptos a minorar o problema da mensuração, sem comprometer a objetividade do certame. Entre esses mecanismos, mostram-se adequados: a organização do objeto por itens funcionalmente distintos; a fixação de quantitativos estimados com base na demanda formalizada pelos órgãos; e a previsão contratual de gestão e alocação da frota conforme a necessidade administrativa efetiva, sempre respeitados os limites quantitativos e financeiros estabelecidos na contratação.

Registre-se, ainda, que a clareza da memória de cálculo é indispensável para que o processo permaneça autoexplicativo ao longo do tempo, permitindo que órgãos de controle, agentes públicos e interessados compreendam com precisão por que a Administração chegou aos quantitativos estimados.

No caso concreto, a memória de cálculo deverá ainda refletir a conformação final da solução adotada no Termo de Referência, inclusive quanto à distribuição dos quantitativos por item e por órgão participante.

Em conclusão, a estimativa das quantidades para a contratação foi construída com fundamento nos Documentos de Formalização de Demanda e na planilha consolidada encaminhada pela SESP, consolidados pela equipe de planejamento a partir das necessidades setoriais formalmente registradas, da insuficiência de frota disponível, da natureza das atividades desempenhadas pelos órgãos participantes e da lógica de contratação conjunta orientada à economia de escala. As memórias de cálculo e os documentos de suporte constam em anexo aos autos do processo administrativo, com quadro consolidado dos quantitativos por órgão e por item da contratação, assegurando transparência, rastreabilidade e segurança jurídica à futura licitação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.336.211,36

A estimativa do valor da contratação foi apurada mediante regular pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, observando-se, ainda, as diretrizes metodológicas e procedimentais da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, especialmente no que se refere à escolha das fontes de consulta, à formação da cesta de preços, à análise crítica dos valores obtidos e à definição do preço estimado.

A pesquisa foi realizada por meio do sistema Banco de Preços, ferramenta amplamente utilizada pela Administração Pública para consulta de contratações similares e composição de preços referenciais, utilizando-se parâmetros compatíveis com o objeto pretendido, especialmente contratações públicas de locação de veículos sem motorista, observadas as características técnicas, quantitativos, regime de execução e condições de fornecimento equivalentes às exigidas no Termo de Referência.

A definição do valor estimado constitui etapa indispensável do planejamento da contratação, pois permitiu à Administração aferir a compatibilidade econômica da solução escolhida, subsidiar a reserva orçamentária, orientar a modelagem da futura contratação e verificar a vantajosidade da solução eleita para atendimento das necessidades das Secretarias, Superintendências e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus.

Em se tratando de contratação conjunta para locação de veículos leves, sem motorista, a estimativa refletiu as especificidades do objeto, consideradas as categorias de veículos previstas, os quantitativos projetados, o regime de execução, os custos acessórios abrangidos contratualmente e o período de vigência inicialmente pretendido. Para esse fim, a pesquisa observou a segmentação por item da futura contratação, compreendendo: item 1 – veículo tipo hatch; item 2 – veículo tipo SUV diesel, 7 lugares, tração 4x4; e item 3 – veículo tipo SUV flex, 5 lugares.

Nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, foram priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e II, especialmente a consulta a sistemas oficiais e a análise de contratações similares realizadas pela Administração Pública, obtidas por intermédio do sistema Banco de Preços, utilizando referências compatíveis com o objeto da contratação.

A metodologia de formação do preço estimado contemplou análise crítica dos valores coletados, com a exclusão de preços inexequíveis, inconsistentes, desarrazoados ou excessivamente elevados, de modo a preservar a confiabilidade da cesta de preços e evitar distorções no valor referencial da licitação. Após a depuração da base de dados, adotou-se metodologia compatível com a homogeneidade da amostra obtida, observando-se os critérios técnicos previstos na legislação e na regulamentação aplicável.

A utilização do sistema Banco de Preços mostrou-se adequada ao objeto pretendido, pois permitiu identificar contratações públicas similares envolvendo locação de veículos sem motorista, contemplando condições equivalentes às pretendidas pela Administração, tais como categorias compatíveis, manutenção preventiva e corretiva, seguro, substituição por indisponibilidade, prazo contratual e demais obrigações acessórias, assegurando maior confiabilidade e aderência do valor estimado ao mercado. Como suporte para a pesquisa no Banco de Preços, foram efetuadas

consultas junto a fornecedores locais, com o objetivo de analisar os valores praticados no mercado regional, permitindo maior segurança na formação do preço estimado da contratação.

Concluída a pesquisa de preços, apurou-se o seguinte valor estimado para a contratação:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	4014	Locação de veículo leve tipo hatch, cor branca, combustível flex, capacidade mínima para 5 ocupantes, câmbio automático ou manual, conforme Termo de Referência.	UN	40	R\$ 4.311,32	R\$ 172.452,80	R\$ 2.069.433,60
2	4014	Locação de veículo tipo SUV, cor branca, combustível diesel, tração 4x4, capacidade mínima para 7 ocupantes, conforme Termo de Referência.	UN	1	R\$ 17.035,80	R\$ 17.035,80	R\$ 204.429,60
3	4014	Locação de veículo tipo SUV, cor branca, combustível flex, capacidade mínima para 5 ocupantes, conforme Termo de Referência.	UN	1	R\$ 5.195,68	R\$ 5.195,68	R\$ 62.348,16

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.336.211,36

Ao final, conclui-se que o valor estimado obtido mediante pesquisa realizada no sistema Banco de Preços mostra-se compatível com os preços praticados no mercado e adequado às especificações técnicas e operacionais da solução definida no presente Estudo Técnico Preliminar, assegurando fundamentação suficiente para a futura contratação.

Por fim, registra-se que os documentos referentes à estimativa de preços, incluindo o relatório extraído do sistema Banco de Preços, as respectivas memórias de cálculo e demais elementos que subsidiaram a formação do valor estimado da contratação, encontram-se devidamente anexados aos autos do Processo Administrativo, em observância aos princípios da transparência, motivação e rastreabilidade dos atos administrativos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos da alínea “b” do inciso V do art. 40 e do art. 47, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a regra geral a ser observada pela Administração é a do parcelamento do objeto, sempre que o bem ou serviço for divisível e desde que essa opção se revele técnica e economicamente viável, não implique perda de economia de escala e proporcione maior aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade. No caso em exame, conclui-se que o parcelamento da contratação é a solução mais adequada, desde que estruturado por critérios técnicos objetivos, compatíveis com as categorias de veículos e com os perfis de uso identificados no planejamento da demanda.

A contratação em estudo tem por objeto a locação de **veículos leves, sem motorista**, para atendimento às necessidades das Secretarias, Superintendências e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jesus, compreendendo **veículo leve tipo hatch (item 1) e veículos tipo SUV (itens 2 e 3)**. Trata-se, portanto,

objeto materialmente divisível, pois comporta segmentação por categorias funcionais de veículos, perfis operacionais e quantitativos, sem descaracterizar a unidade da solução nem comprometer a finalidade pública pretendida.

Sob o aspecto técnico, o parcelamento se mostra recomendável porque permite que a futura licitação seja estruturada de modo mais aderente às características de cada segmento da demanda. A contratação conjunta, se modelada como item absolutamente único e indiferenciado, tenderia a reunir em um mesmo bloco veículos com funções, capacidades, custos operacionais e padrões de desempenho distintos, o que poderia dificultar a formulação de propostas mais eficientes e reduzir a precisão da disputa. Em contrapartida, o parcelamento por **itens homogêneos** — no caso, veículo hatch, veículo SUV diesel 7 lugares com tração 4x4 e veículo SUV flex 5 lugares — preserva a coerência do objeto e melhora o alinhamento entre necessidade pública e solução ofertada pelo mercado.

Além disso, o parcelamento favorece a especialização competitiva, pois permite a participação de empresas que eventualmente possuam maior aptidão para determinada faixa de veículos, sem exigir, necessariamente, capacidade integral para todas as categorias simultaneamente. Essa solução é especialmente pertinente porque o mercado de locação e terceirização de frotas, embora amplo, nem sempre se apresenta de forma uniforme em todos os segmentos, havendo operadores mais fortemente vocacionados a veículos leves de uso administrativo e outros com maior presença em utilitários esportivos de maior porte e desempenho. Assim, o parcelamento se harmoniza com o funcionamento do setor econômico e promove melhor aproveitamento do mercado, em conformidade com a lógica da Lei nº 14.133/2021.

Sob a ótica econômica, também se verifica viabilidade do parcelamento, desde que ele seja adotado em medida racional e sem fragmentação excessiva. A divisão técnica do objeto em itens homogêneos tende a ampliar a competitividade, aumentar o universo de licitantes e elevar a probabilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração. Ao mesmo tempo, essa modelagem permite que a disputa reflita com maior fidelidade os custos específicos de cada categoria de veículo, evitando subsídios cruzados entre segmentos distintos da frota e reduzindo o risco de formação de preço global distorcido.

No caso concreto, o parcelamento se mostra ainda mais justificável porque a própria base documental revela pluralidade de usos e perfis de demanda entre os órgãos participantes. A maior parte das unidades demandantes necessita de veículos hatch para deslocamento administrativo, apoio técnico, fiscalização, visitas institucionais e rotinas ordinárias. Por sua vez, os veículos SUV atendem necessidades específicas de maior capacidade, robustez, conforto e desempenho institucional, sem que isso descaracterize a natureza comum do objeto. Essa heterogeneidade recomenda tratamento parcelado, para que a contratação reflita adequadamente as distintas realidades operacionais sem comprometer a unidade do planejamento conjunto.

Por outro lado, embora se conclua pelo parcelamento, não se recomenda pulverização excessiva do objeto por Secretaria individualmente considerada, pois tal modelagem poderia gerar perda de economia de escala, aumento da complexidade gerencial, multiplicação de contratos, maior custo de fiscalização e fragmentação desnecessária de uma necessidade que foi concebida, desde a origem, como contratação conjunta. Diversos DFDs registram expressamente que a solução foi pensada em articulação com outras Secretarias e órgãos, justamente com vistas à padronização, racionalização do processo de contratação e aproveitamento da escala administrativa do Município.

Desse modo, a melhor solução para o caso não é o não parcelamento absoluto, nem o parcelamento extremo por unidade administrativa, mas sim o **parcelamento técnico racional por itens homogêneos**, de forma a conciliar os objetivos:

- i. adequação técnica às diferentes naturezas de uso;
- ii. preservação da economia de escala da contratação conjunta; e
- iii. ampliação da competitividade pela abertura do certame a fornecedores com aptidão para segmentos específicos do objeto.

Essa conclusão está em consonância com a dinâmica do mercado. O setor de locação e terceirização de frota opera, em regra, com oferta segmentada por tipos de veículos e perfis de uso, o que reforça a pertinência da Administração estruturar a disputa em categorias funcionalmente homogêneas, em vez de impor bloco único excessivamente abrangente. Ao mesmo tempo, a manutenção de quantidades agregadas por item preserva a atratividade econômica da contratação e evita que a fragmentação reduza o interesse dos fornecedores ou eleve custos administrativos da execução.

Também merece destaque que, em objetos com quantitativos mais expressivos, o parcelamento por itens permite maior participação de empresas que, embora não disponham de capacidade para atender simultaneamente todas as categorias da frota municipal, têm plena aptidão para fornecer parte dela com eficiência e competitividade. Essa solução amplia o acesso ao certame e atende à diretriz legal de melhor aproveitamento do mercado, sem prejuízo do resultado final, desde que os agrupamentos sejam tecnicamente coerentes e economicamente justificáveis.

Assim, para a presente contratação, conclui-se que **haverá parcelamento do objeto**, por ser esta a solução mais adequada sob os enfoques técnico e econômico. O parcelamento deverá ser estruturado de forma a reunir, em cada item, veículos de características e finalidades semelhantes, evitando tanto a aglutinação indevida de segmentos distintos quanto a fragmentação excessiva que comprometa a economia de escala. Tal modelagem permite à Administração alcançar os resultados pretendidos com maior precisão, competitividade e vantajosidade, sem prejuízo da unidade do planejamento e da eficiência da gestão contratual.

Em síntese, o parcelamento é a melhor solução para o caso concreto porque o objeto é divisível, a divisão por itens homogêneos é tecnicamente viável, não implica, em princípio, perda de economia de escala, desde que mantida a lógica de contratação conjunta, proporciona melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, e favorece a obtenção de propostas mais adequadas às diferentes parcelas da necessidade administrativa.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No exame dos Documentos de Formalização da Demanda que subsidiam a presente contratação, verifica-se que, nos campos específicos de “Relacionamentos”, não foram formalmente indicadas contratações vinculadas, constando, em regra, a informação de que não há relacionamento cadastrado. Não obstante a ausência de relacionamento formalmente preenchido nesses campos, a análise material do planejamento da contratação e do Plano de Contratações Anual – PCA 2026 evidencia a existência de contratações correlatas e interdependentes com a presente pretensão, as quais devem ser consideradas para adequada tomada de decisão, compatibilização do planejamento, aproveitamento de economia de escala e prevenção de sobreposições ou inconsistências na gestão da frota municipal.

A primeira e mais evidente contratação correlata é a própria **contratação centralizada de locação de veículos** prevista no PCA 2026, da qual a presente contratação constitui desdobramento material. Isso demonstra que a solução ora estudada não é isolada, mas integra planejamento global da Administração voltado à locação de frota para diversos órgãos, o que reforça a necessidade de tratamento conjunto e coordenado do objeto.

Também se identifica como contratação interdependente a **contratação de combustível para abastecimento da frota municipal**, uma vez que o futuro Termo de Referência atribui à Administração a responsabilidade pelo abastecimento dos veículos locados. Embora a presente contratação tenha por objeto a locação sem motorista, a efetiva operação da frota dependerá da definição clara sobre o custeio e a logística de abastecimento, motivo pelo qual a contratação de combustível guarda relação funcional direta com a futura execução contratual.

Outra relação funcional relevante diz respeito a eventuais contratações corporativas de seguro da frota própria do município. Como o futuro Termo de Referência atribui à contratada a responsabilidade pela cobertura securitária dos veículos locados, eventual contratação geral de seguros pela Administração deverá ser analisada apenas para fins de compatibilização de escopos, de modo a evitar duplicidade de cobertura ou lacunas de responsabilidade.

Além das contratações futuras correlatas, devem ser observados os **contratos e atas vigentes ou com vencimento próximo** que guardem afinidade com o objeto ora estudado, especialmente ajustes anteriores de locação de veículos ou atas de registro de preços envolvendo categorias similares. Tais registros são relevantes porque demonstram a existência de contratações pretéritas ou em curso envolvendo locação de veículos no âmbito municipal, cuja experiência executiva, prazos de encerramento e condições de renovação ou substituição podem influenciar diretamente a modelagem da nova contratação conjunta.

No plano da formação da demanda, a própria documentação indica que a presente contratação tem caráter conjunto e integrado entre Secretarias e demais órgãos municipais. Diversos DFDs registram expressamente que a demanda

foi concebida em articulação com outras unidades administrativas, justamente com vistas à economia de escala, à padronização dos itens e à maior eficiência na gestão de recursos públicos. Isso evidencia que a presente contratação não deve ser analisada de forma isolada, mas no contexto do planejamento integrado da frota municipal.

Sob o enfoque técnico, portanto, as contratações correlatas/interdependentes mais relevantes para este ETP são:

- i. a própria contratação corporativa de locação de veículos prevista no PCA 2026;
- ii. a contratação de combustível para abastecimento da frota municipal;
- iii. eventual contratação corporativa de seguro da frota própria, a ser compatibilizada com a responsabilidade securitária da contratada; e
- iv. os contratos e atas vigentes ou com vencimento próximo que tratem de locação de veículos ou soluções similares no âmbito municipal.

Essas contratações devem ser observadas pela Administração por três razões principais. A primeira é evitar sobreposição contratual, isto é, a coexistência de instrumentos com objeto semelhante ou parcialmente coincidente, sem definição clara de escopo. A segunda é permitir aproveitamento de economia de escala, sobretudo na contratação corporativa da frota e no abastecimento. A terceira é assegurar coerência administrativa e contratual, prevenindo posicionamentos contraditórios sobre responsabilidades por combustível, seguro, manutenção, substituição de veículos e cobertura operacional.

Dessa forma, embora os DFDs individualmente considerados não tenham registrado relacionamentos formais em seus campos próprios, a análise integrada do processo evidencia a existência de contratações correlatas e interdependentes que deverão ser consideradas na fase subsequente de elaboração do Termo de Referência, da matriz de riscos e da minuta contratual. Em especial, recomenda-se que a Administração compatibilize a presente contratação com os ajustes vigentes e planejados de combustível, com eventuais seguros corporativos da frota própria e com contratos anteriores de locação, a fim de assegurar coerência sistêmica, economicidade e plena funcionalidade da solução escolhida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se prevista no **Plano de Contratações Anual – PCA 2026** do Município de São Antônio de Jesus/BA, instrumento formal de governança e planejamento das contratações públicas municipais, divulgado de forma consolidada pela **Portaria nº 030, de 30 de dezembro de 2025**, da Secretaria Municipal de Planejamento, Compras e Inovação – SECOMPI:

Item	Sigla	Secretaria / Órgão	DFD nº	Contratação PCA
1	SEAD	Secretaria Municipal de Administração	1070/2025	428/2026
2	CODESAJ	Coordenadoria de Defesa Civil	1028/2025	428/2026
3	SEFAZ	Secretaria Municipal da Fazenda	1152/2025	428/2026
4	SEINFRA	Secretaria Municipal de Infraestrutura	1170/2025	428/2026
5	SCTJ	Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude	1428/2025	428/2026
6	FME	Fundo Municipal de Educação	1670/2025	428/2026

7	SESP	Secretaria Municipal de Serviços Públicos	1847/2025	428/2026
8	SMS	Secretaria Municipal de Saúde	692/2025	428/2026
9	SEDEMA	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	1146/2025	428/2026
10	SEAGRI	Secretaria de Agricultura	1120/2025	428/2026
11	FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social	1101/2025	428/2026
12	SEEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	909/2025	428/2026
13	SMTT	Secretaria de Trânsito e Transporte Urbano	1628/2025	428/2026
14	SECOMPI	Secretaria Municipal de Planejamento, Compras e Inovação	1714/2025	428/2026

A referida Portaria determinou a disponibilização do PCA 2026 no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**, bem como no sítio eletrônico oficial do Município e/ou no Diário Oficial, para fins de transparência e controle social.

O PCA 2026 do Município foi estruturado como instrumento de governança, racionalização, padronização, transparência e eficiência administrativa, tendo por finalidade consolidar, de forma integrada, as demandas por bens, serviços, obras e soluções necessárias ao exercício de 2026. O próprio documento registra que o Plano se destina a alinhar as contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias, prevenir contratações emergenciais, mitigar riscos operacionais, melhorar a alocação dos recursos públicos e fortalecer o controle social.

No âmbito material, a contratação de **locação de veículos leves, sem motorista, compreendendo veículo tipo hatch (item 1) e veículos tipo SUV (itens 2 e 3)**, mostra-se plenamente alinhada ao planejamento da Administração, por se tratar de solução instrumental voltada a assegurar a mobilidade institucional, o suporte logístico, a continuidade dos serviços públicos e a adequada execução das atividades administrativas, operacionais, fiscalizatórias e de campo das Secretarias, Superintendências e demais órgãos municipais. Há, portanto, compatibilidade direta entre o objeto da contratação e os objetivos do PCA, especialmente quanto à racionalização do gasto público, à padronização das contratações, ao planejamento integrado e à prevenção de soluções improvisadas ou emergenciais.

Além disso, os Documentos de Formalização da Demanda que instruem a presente contratação já registram expressamente seu alinhamento ao Plano de Contratações Anual e ao planejamento integrado municipal, com destaque para a busca de economicidade, eficiência, continuidade dos serviços e realização de contratação conjunta entre múltiplas Secretarias e órgãos. Esse dado confirma que a demanda não surgiu de forma isolada ou superveniente, mas decorre de processo prévio de planejamento institucional.

O PCA 2026 do Município também registra que constitui instrumento essencial de planejamento integrado, governança e tomada de decisão, em alinhamento com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei Orçamentária Anual – LOA, promovendo sustentabilidade financeira e eficiência da gestão pública municipal. Assim, a presente contratação se encontra alinhada não apenas ao Plano de Contratações Anual, mas também ao planejamento administrativo e orçamentário mais amplo da Administração Municipal.

Dados de vinculação ao PCA/PNCP

- I. **ID PCA no PNCP:** 13825476000103-0-000001/2026.
- II. **Data de publicação no PNCP:** 05/12/2025.
- III. **ID do item no PCA:** 698 - 699 - 688 - 690 - 701 - 694 - 687 - 689 - 691 - 692 - 693 - 695 - 696 - 697 - 700
- IV. **Classe/Grupo:** 732 -SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS.
- V. **Identificador da Futura Contratação:** 983873-428/2026.

Por fim, a própria Portaria nº 030/2025 estabelece que o PCA 2026 é instrumento de planejamento e governança, não gerando obrigação automática de contratar, mas exigindo que cada demanda observe a instrução processual própria, os estudos técnicos pertinentes e a disponibilidade orçamentária e financeira. Nesse contexto, a presente contratação observa exatamente esse percurso, uma vez que está sendo submetida à elaboração do respectivo Estudo Técnico Preliminar, em consonância com o planejamento institucional previamente consolidado.

A contratação de **locação de veículos leves, sem motorista, compreendendo veículo tipo hatch (item 1) e veículos tipo SUV (itens 2 e 3)**, encontra-se prevista no PCA 2026 do Município de Santo Antônio de Jesus/BA e está alinhada ao planejamento da Administração, às diretrizes de governança das contratações públicas, ao planejamento orçamentário municipal e à racionalização da gestão administrativa, constituindo demanda compatível com os objetivos institucionais de eficiência, economicidade, continuidade e melhoria dos serviços públicos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação pretendida visa produzir resultados concretos e mensuráveis para a Administração Municipal, consistentes na ampliação da capacidade de mobilidade institucional, no fortalecimento do suporte logístico às atividades administrativas, operacionais e fiscalizatórias das Secretarias e demais órgãos, e na melhoria da continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados à população. Os DFDs analisados evidenciam que a locação de **veículos leves, sem motorista**, foi concebida como solução apta a evitar interrupções, atrasos e paralisações, assegurando deslocamento adequado de equipes, apoio a fiscalizações, ações de campo, atendimento a ocorrências e execução de atividades essenciais do Município.

Sob o prisma da economicidade, pretende-se reduzir ou evitar dispêndios elevados com aquisição de frota própria, depreciação patrimonial, manutenção corretiva e preventiva diretamente suportada pela Administração, seguros, licenciamento, gestão de oficina e renovação de veículos. Os documentos setoriais são convergentes ao apontar que a locação representa alternativa mais racional e economicamente vantajosa, especialmente porque parte da demanda é variável ou sazonal, o que desaconselha investimento permanente em ativos próprios de alto custo e baixa flexibilidade. Além disso, a solução contratual proporciona maior previsibilidade de gastos mensais e melhor planejamento orçamentário.

No campo da eficiência administrativa e operacional, a contratação busca assegurar disponibilidade contínua de veículos em condições adequadas de uso, permitindo resposta mais rápida às demandas internas e externas da Administração. Na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, por exemplo, a expectativa é garantir agilidade, continuidade e eficiência no deslocamento de equipes técnicas, fiscalização e apoio às atividades operacionais. Na Secretaria de Infraestrutura, almeja-se melhorar a fiscalização de obras públicas, a inspeção de serviços de manutenção, o atendimento a ocorrências em campo e o tempo de resposta aos chamados da população.

Também se pretende alcançar maior eficácia na execução das atribuições institucionais dos órgãos demandantes, permitindo que a estrutura administrativa disponha de meios adequados para cumprir suas competências legais e operacionais. No caso da Secretaria de Administração, a contratação foi vinculada à mobilidade necessária para o transporte de servidores, deslocamento de equipes em serviços públicos, ações de fiscalização, entrega de materiais de apoio e demais atividades institucionais, com expectativa expressa de contribuição para a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços prestados à população.

Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, a locação permitirá que servidores e equipes técnicas concentrem sua atuação nas atividades-fim e nas atribuições institucionais próprias de cada órgão, em vez de suportarem os efeitos da insuficiência de frota ou da indisponibilidade de veículos. Nos casos em que os DFDs apontam escassez de meios de transporte, como na Infraestrutura e na Secretaria de Serviços Públicos,

associados à utilização de frota em melhores condições de uso. Tais resultados se mostram coerentes com a necessidade formalizada nos DFDs e confirmam a plausibilidade de êxito da contratação nos moldes até aqui estruturados.

13. Providências a serem Adotadas

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar um conjunto de providências administrativas, técnicas e operacionais destinadas a assegurar a adequada implementação da contratação e a plena produção de seus efeitos práticos. Considerando que a solução escolhida consiste na locação de veículos leves, sem motorista, para atendimento de múltiplas Secretarias e órgãos municipais, em regime de contratação conjunta, as providências prévias devem ser orientadas à organização da demanda, à preparação da fiscalização contratual, à definição da logística de recebimento e distribuição dos veículos e à mitigação de riscos que possam comprometer o início da execução. Os próprios DFDs demonstram que a contratação busca assegurar continuidade, eficiência, mobilidade institucional, resposta rápida às demandas operacionais e redução de paralisações, o que exige preparo prévio da Administração para que tais resultados sejam efetivamente alcançados.

A primeira providência consiste na **consolidação final da demanda**, com a compatibilização dos quantitativos, itens da contratação e perfis de uso informados pelos órgãos participantes. O processo deve chegar à fase contratual com definição clara da forma de alocação dos veículos por órgão, por categoria funcional e por prioridade de uso, observando-se a conformação final do objeto em três itens: **item 1 – hatch; item 2 – SUV diesel, 7 lugares, tração 4x4; e item 3 – SUV flex, 5 lugares**. Essa providência é indispensável para evitar inconsistências entre o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e a futura execução contratual.

A segunda providência é a **formalização da estratégia de gestão e fiscalização contratual**, com a designação prévia do gestor do contrato e dos fiscais técnico e administrativo, ou equivalentes, preferencialmente com indicação de suplentes. Tendo em vista que a contratação abrangerá múltiplas unidades administrativas e que a locação envolve aspectos relevantes como disponibilidade da frota, manutenção preventiva e corretiva, seguro, substituição de veículos, documentação, multas por irregularidade do veículo e controle de uso, a Administração deverá definir com antecedência a estrutura mínima de acompanhamento contratual, inclusive os fluxos de comunicação entre a unidade central gestora e os órgãos usuários da frota.

A terceira providência refere-se à **padronização dos procedimentos de recebimento, conferência, distribuição e devolução dos veículos**, com elaboração de rotinas internas que permitam verificar, no início da execução, as condições de entrega, documentação, itens obrigatórios, cobertura securitária, estado de conservação, identificação dos veículos e adequação às especificações contratuais. Como a solução foi concebida para garantir mobilidade imediata, eficiência operacional e menor tempo de paralisação, não basta à Administração celebrar o contrato; é necessário organizar o procedimento de entrada em operação da frota, com registros formais de recebimento e aceite.

A quarta providência consiste na **definição da logística interna de utilização da frota locada**, compreendendo a alocação dos veículos entre os órgãos demandantes, a identificação dos responsáveis pelo uso, a disciplina na requisição e circulação, a guarda dos veículos quando cabível e os fluxos para reporte de indisponibilidades, paneiros, sinistros, infrações de trânsito ou necessidade de substituição. Essa medida é especialmente importante porque a contratação foi concebida em caráter conjunto e visa atender demandas administrativas, operacionais, fiscalizatórias e emergenciais de diversas Secretarias, exigindo coordenação prévia para que não haja conflitos de uso, ociosidade indevida ou desatendimento de áreas críticas.

A quinta providência é a **capacitação dos servidores que atuarão na gestão e fiscalização da contratação**, especialmente quanto às especificidades do objeto. Deverão ser orientados, no mínimo, sobre: critérios de recebimento e aceite; verificação da regularidade documental dos veículos; acompanhamento da manutenção e substituição por indisponibilidade; controle de ocorrências; comunicação formal com a contratada; medição de resultados; aplicação de sanções; e registro de desempenho contratual. Essa capacitação é relevante porque a solução adotada não envolve apenas cessão de uso de veículos, mas um conjunto de obrigações acessórias da contratada voltadas à manutenção da disponibilidade e da continuidade do serviço.

A sexta providência consiste na **elaboração, antes da contratação, de instrumentos auxiliares de controle da execução**, tais como formulário de vistoria inicial e periódica, checklist de entrega dos veículos, modelo de registro

ocorrências, rotina de solicitação de manutenção e substituição e, se adotado no Termo de Referência, minuta do Instrumento de Medição de Resultado ou instrumento substitutivo. Como os resultados pretendidos incluem disponibilidade contínua, redução do tempo de paralisação, segurança dos veículos e eficiência operacional, a Administração deve estruturar previamente mecanismos aptos a acompanhar esses parâmetros desde o início da vigência.

No tocante à adequação do ambiente organizacional, não se identifica, a princípio, necessidade de obra, reforma física ou instalação estrutural complexa para que a contratação produza efeitos, uma vez que o objeto se refere à locação de veículos para uso institucional. Ainda assim, a Administração deverá adotar adequações procedimentais e organizacionais mínimas, especialmente quanto à definição de locais de entrega, responsáveis pelo recebimento, controle de chaves e documentos, fluxo de abastecimento, controle de condutores autorizados e integração da frota locada às rotinas administrativas dos órgãos usuários. Portanto, a necessidade de adequação existe em nível organizacional e operacional, ainda que não envolva modificação física relevante do ambiente.

Em razão dessas providências, recomenda-se a elaboração de **cronograma prévio de implementação**, a ser juntado aos autos, contemplando ao menos as seguintes etapas:

- consolidação final da demanda e compatibilização dos itens por órgão;
- definição da modelagem final do objeto no Termo de Referência;
- designação do gestor e fiscais do contrato;
- capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização;
- elaboração dos instrumentos de controle de execução;
- definição da logística de recebimento, distribuição e uso da frota;
- preparação dos procedimentos para início da execução contratual.

Também é recomendável que o cronograma indique, para cada etapa, o setor responsável, o prazo estimado e a dependência entre atividades, de modo a permitir acompanhamento objetivo pela autoridade competente e pela equipe de planejamento.

Sugestão de redação para inserção de quadro cronológico no processo

Providência prévia	Responsável	Prazo estimado	Finalidade
Compatibilização dos itens	Equipe de Planejamento / Secretaria demandante central	antes da minuta final do TR	ajustar quantitativos dos itens da contratação
Definição da modelagem final do objeto e dos níveis de serviço	Equipe de Planejamento / setor técnico	antes da fase externa	assegurar aderência entre ETP e TR
Designação do gestor e fiscais do contrato	Autoridade competente	antes da assinatura do contrato	viabilizar acompanhamento regular
Capacitação dos agentes de gestão e fiscalização	setor competente / unidade demandante	antes do início da vigência	preparar controle de execução
Elaboração dos checklists e instrumentos de controle	setor técnico / fiscalização	antes da entrega dos veículos	padronizar recebimento e monitoramento

Assinado por 2 pessoas: AN DREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA e LUCAS COSTA DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saiba.1doc.com.br/verificacao/ED44-DA82-4E93-56F0> e informe o código ED44-DA82-4E93-56F0

Assim, recomenda-se que o futuro instrumento convocatório imponha à contratada o dever de observar os sistemas de logística reversa legalmente aplicáveis e comprovar, quando exigido pela fiscalização contratual, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pela manutenção dos veículos.

Há, ainda, impacto potencial relacionado ao consumo de outros recursos materiais, como lubrificantes, fluidos, peças e componentes, cuja utilização tende a ser mais intensa em veículos mal conservados ou submetidos a manutenção inadequada. A mitigação desse impacto passa pela exigência de programa regular de manutenção, substituição tempestiva de peças e observância de boas práticas operacionais, evitando desperdícios e ampliando a vida útil dos componentes. A locação, sob esse aspecto, pode gerar impacto ambiental positivo indireto, pois desloca à contratada o dever de gerir tecnicamente a manutenção da frota, favorecendo maior padronização, renovação e racionalidade no uso dos recursos materiais.

Também pode ser apontado, como efeito ambiental positivo potencial, que a locação possibilita à Administração operar com frota ajustada à necessidade real, evitando a manutenção de veículos próprios ociosos, depreciados ou tecnologicamente ultrapassados. Essa flexibilidade, além de econômica, pode contribuir para uso mais racional da frota e menor desperdício de recursos.

No que se refere a requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, recomenda-se que a Administração, sem restringir indevidamente a competição, priorize na especificação técnica critérios de eficiência operacional, tais como veículos em adequadas condições de funcionamento, manutenção regular, desempenho compatível com a finalidade e, quando houver viabilidade mercadológica, preferência por modelos mais eficientes no consumo de combustível para categorias equivalentes. Não se mostra necessário, nesta fase, impor exigências excessivamente restritivas como tecnologia exclusiva, padrão ambiental de difícil atendimento ou configuração mercadologicamente rara, salvo se a pesquisa de mercado demonstrar ampla disponibilidade e ausência de prejuízo à competitividade.

Por fim, registra-se que, por se tratar de prestação de serviço de locação, e não de aquisição de bens pelo Município, não se vislumbra, em regra, necessidade de a Administração promover diretamente desfazimento de veículos ao término da contratação, já que os bens permanecerão de propriedade da contratada. Ainda assim, permanece aplicável a exigência de que eventuais refugos, insumos e materiais decorrentes da manutenção dos veículos tenham destinação ambientalmente adequada a cargo da empresa contratada.

Assim, os principais impactos ambientais possíveis da contratação são:

- consumo de combustíveis e emissão de poluentes atmosféricos;
- geração de resíduos automotivos decorrentes de manutenção;
- consumo de lubrificantes, peças e outros insumos; e
- externalidades decorrentes do uso de veículos em condições inadequadas.

Como medidas mitigadoras, recomenda-se prever no Termo de Referência, entre outras:

- exigência de veículos em boas condições mecânicas, de segurança e conservação;
- manutenção preventiva e corretiva regular a cargo da contratada;
- substituição de veículos com falhas que comprometam eficiência ou segurança;
- destinação ambientalmente adequada de pneus, baterias, óleos, filtros, peças e demais resíduos;
- observância, pela contratada, da logística reversa aplicável; e
- adoção, sempre que viável e sem restrição indevida à competição, de veículos com melhor eficiência de consumo de combustível e uso racional de recursos.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais da contratação são mitigáveis e compatíveis com o objetivo pretendido, podendo ser adequadamente tratados por meio de obrigações contratuais específicas e fiscalização na execução.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

À vista dos elementos reunidos neste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento conclui expressamente pela **viabilidade, razoabilidade e adequação** da contratação de empresa especializada para a **locação de veículos leves, sem motorista**, compreendendo **veículo leve tipo hatch (item 1) e veículos tipo SUV (itens 2 e 3)**, destinada ao atendimento das necessidades das Secretarias, Superintendências e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus.

A contratação mostra-se adequada à necessidade administrativa identificada porque os documentos que instruem o processo demonstram, de forma convergente, a existência de demanda real, atual e institucionalmente relevante por meios de transporte aptos a assegurar o desempenho de atividades administrativas, operacionais, fiscalizatórias, logísticas e emergenciais. A Coordenadoria de Defesa Civil registrou que suas atribuições de prevenção, monitoramento, atendimento a ocorrências, resposta a desastres e apoio à população exigem deslocamento constante de equipes, com necessidade de veículos em condições adequadas de uso, segurança, confiabilidade e disponibilidade permanente. A Secretaria Municipal de Infraestrutura, por sua vez, consignou que não dispõe de frota própria suficiente para atender às demandas operacionais, sendo a locação necessária para assegurar fiscalização contínua de obras, inspeção de serviços, atendimento emergencial e deslocamento seguro das equipes. Já a Secretaria Municipal de Serviços Públicos destacou que a ausência ou insuficiência desses meios comprometeria a execução das atividades, ocasionando atrasos, paralisações operacionais e prejuízos à prestação de serviços públicos essenciais.

A contratação também se revela razoável e proporcional, pois o levantamento realizado no ETP demonstra que a solução eleita guarda compatibilidade com o problema a ser resolvido, sem extrapolar a necessidade administrativa efetivamente identificada. A locação foi delimitada ao fornecimento de veículos sem motorista, o que reduz a complexidade do objeto e mantém coerência com a maior parte das demandas formalizadas. Além disso, a modelagem escolhida permite o atendimento de múltiplos órgãos mediante contratação conjunta, com racionalização do processo, padronização de condições contratuais e potencial aproveitamento de economia de escala, como registrado nos DFDs.

Sob o aspecto técnico, a solução é viável porque o mercado oferece prestação compatível com o objeto pretendido, inclusive com disponibilização de veículos por categoria, manutenção, substituição por indisponibilidade, cobertura securitária e demais coberturas operacionais inerentes à locação. Além disso, o estudo apontou que o objeto é divisível e comporta **parcelamento técnico racional por itens homogêneos**, sem prejuízo da unidade da solução, o que contribui para ampliar a competitividade e aperfeiçoar a futura disputa. Não se identificou, até esta etapa, impedimento técnico relevante que inviabilize a contratação, desde que o Termo de Referência observe a correta definição dos itens, quantitativos, responsabilidades operacionais e instrumentos de fiscalização.

Sob o aspecto econômico, a contratação igualmente se mostra viável e vantajosa em tese. Os DFDs indicam, de forma reiterada, que a locação evita custos elevados com aquisição de frota própria, manutenção, documentação, seguro, depreciação e gestão patrimonial dos veículos, além de permitir disponibilidade mais rápida da frota, maior previsibilidade de custos mensais e flexibilidade operacional. A Secretaria de Infraestrutura registrou expressamente que a locação apresenta benefícios como redução de gastos com manutenção, impostos, licenciamento e seguro, renovação periódica da frota e maior previsibilidade de custos. No mesmo sentido, a Secretaria de Agricultura consignou que a locação proporciona economicidade e flexibilidade na gestão da frota, assegurando a execução de ações e serviços públicos com qualidade, segurança e eficiência. A própria Secretaria Municipal de Serviços Públicos concluiu que a locação é a alternativa mais racional e economicamente vantajosa, considerando a variabilidade e sazonalidade de parte da demanda.

A contratação é, ainda, compatível com o planejamento da Administração, uma vez que está inserida no contexto do Plano de Contratações Anual de 2026 e em consonância com o planejamento integrado municipal. O PCA 2026 contempla registros vinculados à temática de locação de veículos e também evidencia a necessidade de coordenar, assim como contratos vigentes ou vincendos da mesma natureza, o que reforça que a presente contratação não é improvisada, mas decorre de programação administrativa prévia.

Também se conclui que a contratação é adequada aos resultados pretendidos, pois se mostra apta a proporcionar continuidade dos serviços públicos, melhoria da mobilidade institucional, otimização do tempo de resposta das equipes, reforço das ações de fiscalização e apoio administrativo, melhor aproveitamento dos recursos humanos e

maior previsibilidade financeira. No caso da SMTT, por exemplo, a locação foi justificada como solução imediata e eficiente para ampliar a eficiência das operações de fiscalização e monitoramento, reduzir riscos operacionais e restabelecer a plena capacidade operacional da Secretaria. No âmbito da Educação, registrou-se que a locação é solução vantajosa por eliminar custos relacionados à aquisição, manutenção, documentação, seguro e depreciação, assegurando maior economicidade e continuidade dos serviços.

Além disso, a conformação final do objeto em três itens revela aderência qualitativa às necessidades institucionais identificadas. O **item 1**, correspondente ao veículo leve tipo hatch, atende de forma mais direta às rotinas administrativas, técnicas e fiscalizatórias ordinárias. O **item 2**, correspondente ao veículo tipo SUV diesel, com capacidade para 7 ocupantes e tração 4x4, mostra-se adequado à necessidade de veículo de maior robustez, estabilidade, capacidade e desempenho institucional. O **item 3**, correspondente ao veículo tipo SUV flex, com capacidade para 5 ocupantes, revela-se compatível com demanda específica por veículo utilitário esportivo de menor porte, apto a conciliar versatilidade, conforto, segurança e economicidade operacional. Assim, a solução não se limita a suprir insuficiência quantitativa de frota, mas também busca adequar qualitativamente os veículos às diferentes finalidades administrativas envolvidas.

Por fim, a equipe de planejamento entende que não foram identificados óbices jurídicos, técnicos ou operacionais intransponíveis à contratação, desde que sejam observadas, nas etapas subsequentes, as providências já apontadas neste ETP, especialmente: consolidação definitiva dos quantitativos, adequada descrição do objeto no Termo de Referência, compatibilização com contratações correlatas, definição clara das responsabilidades da contratada e da Administração, estruturação da fiscalização contratual e regular instrução da pesquisa de preços.

Diante do conjunto dos elementos analisados, a equipe de planejamento posiciona-se conclusivamente pela **viabilidade, razoabilidade e adequação da contratação**, por entender que a **locação de veículos leves, sem motorista, compreendendo veículo leve tipo hatch e veículos tipo SUV**, constitui solução apta, necessária e proporcional para atender ao interesse público envolvido, revelando-se compatível com as necessidades formalizadas, com o planejamento da Administração e com os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e busca da proposta mais vantajosa.

O presente Estudo Técnico Preliminar, nos limites das informações e elementos técnicos constantes dos autos, **fornece base suficiente para a elaboração do Termo de Referência** e para o prosseguimento da fase preparatória da contratação, sem prejuízo da complementação documental e instrutória que ainda se mostre necessária quanto às memórias de cálculo, à consolidação da pesquisa de preços, ao inventário patrimonial da frota existente e aos demais anexos técnicos pertinentes.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NILVIA LEMOS BARRETO

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 09:31:09.

VITORIA OLIVEIRA ALVAIA

Membro da Equipe de Planejamento

Matriz de Gerenciamento de Riscos 56/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
56/2026	NILVIA LEMOS BARRETO	11/05/2026 09:57
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Disponibilizado (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Locação de veículos leves e utilitários esportivos (SUVs), sem motorista.		

2. Histórico de Revisões

Data e Hora	Versão	Descrição	Autor
12/05/2026 08:50	1.0	Revisão gerada automaticamente após disponibilização de ajustes na fase de Planejamento	NILVIA LEMOS BARRETO

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Dimensionamento inadequado dos quantitativos por item ou por participante	Memória de cálculo incompleta, inventário próprio insuficiente, variação real de demanda entre os órgãos	Planejamento	Administração	Extremo	
1	Impactos					
	Registro acima ou abaixo da necessidade real, ociosidade, desabastecimento operacional, aditivos indevidos ou fracasso do SRP					
P-01	Ações Preventivas					
	Consolidar memórias de cálculo por órgão/item, conferir histórico contratual, validar quantitativos com órgãos participantes e inventário da frota					
	Ações de Contingência					
C-01	Revisar planejamento anual, reequilibrar alocação interna da ata, justificar eventual nova contratação					
	Responsável: EMILLE SILVA SANTANA					
R-02	Pesquisa de preços insuficiente ou valor estimado incompatível com o mercado	Cesta de preços incompleta, comparáveis materiais inadequados, ausência de tratamento de outliers	Planejamento	Administração	Extremo	
1	Impactos					
	Fracasso do certame, sobrepreço, inexistência de controle					
	Ações Preventivas					
P-01	Formalizar mapa comparativo, utilizar referências aderentes ao objeto, expurgar distorções e registrar memória de cálculo					
	Responsável: NILVIA LEMOS BARRETO					
	Ações de Contingência					
C-01	Revisar orçamento antes da fase externa ou suspender para saneamento					
	Responsável: GRISLANNY OLIVEIRA CAMPOS					
R-03	Restrição indevida à competitividade nas especificações dos itens, sobretudo do item 2	Exigências excessivas, justificativa insuficiente das características mínimas ou redação ambígua	Planejamento	Administração	Alto	
1	Impactos					
	Impugnações, representação ao controle, anulação parcial do certame					
	Ações Preventivas					
P-01	Manter descrição por desempenho, reforçar justificativas funcionais do item 2 e admitir equivalentes					
	Responsável: NILVIA LEMOS BARRETO					
	Ações de Contingência					
C-01	Retificar edital e TR antes da disputa, se necessário					
	Responsável: EMILLE SILVA SANTANA					

Assinado por 2 pessoas: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA e DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://sajba.1doc.com.br/verificacao/44-D44-DA82-4E93-56FO e informe o código ED44-DA82-4E93-56FO



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Habilitação de licitante sem capacidade real de mobilização da frota	Análise documental insuficiente, declaração de disponibilidade não confirmada, rede operacional inadequada	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Inexecução inicial, atraso na entrega, necessidade de sanções e convocação do remanescente					
	Ações Preventivas					
P-01	Exigir documentação de suporte cabível, diligenciar sobre disponibilidade futura e capacidade operacional			Responsável: LEONARDO DE JESUS SANTOS		
	Ações de Contingência					
C-01	Aplicar sanções, convocar remanescente e registrar ocorrência para futuras contratações			Responsável: LEONARDO DE JESUS SANTOS		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Atraso na assinatura do contrato, na prestação da garantia ou na mobilização inicial	Demora documental, falhas da adjudicatária, garantia não apresentada, logística insuficiente	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Início tardio da execução e descontinuidade do suporte de mobilidade					
	Ações Preventivas					
P-01	Fixar cronograma de mobilização, acompanhar prazo de garantia e preposto, exigir documentação prévia			Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ		
	Ações de Contingência					
C-01	Aplicar penalidades e convocar remanescente, se cabível			Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Entrega de veículos em desacordo com as especificações, com documentação irregular ou idade superior ao limite	Falha de conferência, substituição inadequada, controle documental deficiente	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	
	Impactos					
1	Recusa de recebimento, paralisação do uso, autuações e glosas					
	Ações Preventivas					
P-01	Checklist de recebimento, vistoria inicial, conferência de CRLV, seguro, licenciamento, idade e acessórios			Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ		
	Ações de Contingência					
C-01	Recusar recebimento, exigir substituição imediata, aplicar glosa/sanção			Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Indisponibilidade da frota por falha de manutenção preventiva /corretiva	Plano de manutenção deficiente, rede de atendimento insuficiente, peças/pneus indisponíveis	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	
	Impactos					
1	Interrupção do serviço, perda de produtividade e comprometimento de ações essenciais					
	Ações Preventivas					
P-01	Fiscalizar revisões e prazos, exigir canal permanente e relatórios de manutenção, monitorar substituições			Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ		
	Ações de Contingência					
C-01	Acionar substituição contratual em 24h/48h, glosar, multar e escalar sanção			Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Seguro inadequado, cobertura insuficiente ou disputa indevida sobre franquia	Apólice incompleta, falha no endosso, sinistro sem cobertura operacional, divergência de causa	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	
	Impactos					
1	Ônus financeiro indevido ao Município, paralisação do veículo, litígio administrativo					
	Ações Preventivas					
P-01	Conferir apólice antes do início da execução e em renovações; validar cobertura 24h, terceiros, guincho e raio operacional			Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ		
	Ações de Contingência					
C-01	Acionar seguradora, exigir substituição, apurar causa e responsabilizar a parte devida			Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Retomada, busca e apreensão ou	Irregularidade em financiamento, alienação	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

assinado por 2 pessoas: ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA e DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA
validade das assinaturas, acesse https://sistema.1doc.com.br/verificacao/ED44-DA82-4E93-56FO e informe o código ED44-DA82-4E93-56FO

	Impactos	
1	Subtração da frota em uso e paralisação do contrato	
	Ações Preventivas	
P-01	Exigir comprovação de regularidade quando solicitado, acompanhar substituições e posse legítima	Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ
	Ações de Contingência	
C-01	Exigir substituição imediata e instaurar processo sancionador	Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ

 Taylor & Francis Group
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis
  Taylor & Francis

Impactos						
1	Exaustão prematura de quantitativos, desatendimento de órgão prioritário e distorção do planejamento					
Ações Preventivas						
P-01	Controlar saldo por item e por órgão, com governança do órgão gerenciador e relatórios periódicos				Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ	
Ações de Contingência						
C-01	Repriorizar consumo, fundamentar nova instrução ou ajuste de planejamento				Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-15	Descumprimento de obrigações ambientais na manutenção e descarte de resíduos	Gestão inadequada de pneus, baterias, óleos, e filtros e peças	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Passivo ambiental, autuações e desconformidade com critérios de sustentabilidade					
Ações Preventivas						
P-01	Exigir comprovação de destinação adequada e logística reversa quando aplicável				Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ	
Ações de Contingência						
C-01	Notificar, glosar e sancionar, com comunicação ao órgão ambiental se cabível				Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-16	Pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro sem adequada instrução ou decisória	Oscilações extraordinárias, instrução deficiente, ausência de documentação e demora administrativa	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Litígios, atraso na execução, judicialização e risco de sobrepreço ou desequilíbrio					
Ações Preventivas						
P-01	Fixar fluxo de análise, exigir prova robusta e decisão motivada dentro de prazo razoável				Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ	
Ações de Contingência						
C-01	Submeter à análise jurídica e decidir motivadamente, preservando continuidade do serviço				Responsável: LUCINEDE SANTOS DA CRUZ	

ED44-DA82-4E93-56FO

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

NILVIA LEMOS BARRETO
Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 08:49:54.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS/BA

(Processo Administrativo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO
ANTONIO DE JESUS, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus, inscrita no CNPJ: 13.825.476/0001-03, por intermédio Secretaria Municipal de Serviços Públicos com sede na ******, Centro, CEP ******, na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia, neste ato representado (a) pelo (a), nomeado (a) pelo Decreto Municipal nº, de publicada no de, doravante ***** ** 20** DOM 20** denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado [CONTRATADO], [CNPJ], (a) na , na cidade de / , doravante designado CONTRATADO, neste ato representado [endereço] [cidade][UF] (a) por , conforme [nome e função no CONTRATADO] [atos constitutivos da empresa] [procuração OU tendo em vista o que consta no Processo administrativo e em apresentada nos autos], 1Doc nº 3.476/2026 observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) nº , mediante as Pregão Eletrônico XX/XXXX cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços contínuos de locação de veículos leves e utilitários esportivos (SUVs), sem motorista, por meio de Sistema de Registro de Preços, para atendimento das necessidades administrativas, operacionais e logísticas das secretarias e órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

- 2.3.2. *O Edital da Licitação*
- 2.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

3.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

6.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

8.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**9.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 9.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 9.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 9.1.8.1. A Administração terá o prazo de *15 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 dias
- 9.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

14.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Das indenizações e multas.

14.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da cidade de Santo Antônio de Jesus, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Santo Antônio de Jesus, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS-BA

Processo Administrativo nº 3.476-2026

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

1. O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

2. DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *[objeto]*, especificado(s) no(s) item(ns) *XX* do Termo de Referência, anexo *XX* do *[edital de licitação]* n.º *xxxx/xxxx*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

3.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



5.1.2. demonstracão de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. consulta e aceitacão prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2. A autorizacão do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitacão da adesão pelo fornecedor.

5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execucão de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorizacão do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisicão ou a contratacão solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivacão da contratacão, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitacão do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

5.6. As aquisicões ou contratacões adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.8. Para aquisicão emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administracão Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

5.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administracão Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.6, desde que seja destinada à execucão descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedacão a acréscimo de quantitativos

5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZACÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgacão no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. Em caso de prorrogacão da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

- 6.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 6.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;
- 6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e
- 6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
- 6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

PREGÃO ELETRÔNICO Nº */2026/PE/SRP**
(Processo Administrativo nº 3.476/2026)

Planilha de Preços e Quantitativos
[para envio pelos melhores classificados]

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS:		
OBJETO Contratação de serviços contínuos de locação de veículos leves e utilitários esportivos (SUVs), sem motorista, por meio de Sistema de Registro de Preços, para atendimento das necessidades administrativas, operacionais e logísticas das secretarias e órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA.		

Planilha de Quantitativos e Proposta de Preços

Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual	Marca
	[O Licitante deve preencher a Proposta conforme discriminação, unidade e quantidade para o item que ofertar preço, de acordo com o Termo de Referência – Anexo I]						
Valor Total da Proposta							

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/21, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº ***/2026/PE/SRP.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.
- 2) Esse modelo deverá ser emitido em papel timbrado do licitante.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: ED44-DA82-4E93-56F0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDREIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA (CPF 940.XXX.XXX-20) em 15/05/2026 13:56:31

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA (CPF 053.XXX.XXX-10) em 15/05/2026 14:03:54 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://sajba.1doc.com.br/verificacao/ED44-DA82-4E93-56F0>